

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVoes

NÚMERO 33
AGOSTO 2009
R\$ 15,00



Cadê o nosso Obama?

A política segue na lanterna da sustentabilidade

**VOTE
EM
MIM!**

ELEIÇÕES: como emplacar outro projeto de País em 2010

ESQUERDA: o que pensa a velha militância sobre um novo modelo de desenvolvimento

PAÍSES RICOS: o germe de mudança que surge nas mídias digitais

“No mesmo domingo em que achamos uma casa com a nossa cara, eu liguei para um gerente e fui orientado sobre o crédito imobiliário.

Foi aí que eu entendi o valor de ser Cliente Van Gogh.”

Fernando Assinato
▶ Cliente Van Gogh

Serviços Van Gogh. Gerentes especializados em *crédito imobiliário* à disposição por telefone, das 8h às 22h, 365 dias por ano.

- ✓ Orientação de qualidade em investimentos, crédito imobiliário, previdência e seguros.
- ✓ Assessoria financeira no Portal de Investimentos e no Radiochat e Videochat Van Gogh.

VAN GOGH

Abra sua conta.
Serviços Van Gogh: selecionados por você.

Atendimento gerencial: Disque Real, opção 8
(consulte o telefone no site)

SAC – Serviço de Apoio ao Cliente: 0800 707 2399
Ouvidoria: 0800 286 8787

bancoreal.com.br/vangogh

Junte-se a nós.

O banco da sua vida

 **BANCO REAL**

Mudança, de verdade

O que deve mudar no Brasil para sua vida mudar de verdade? Essa foi uma pergunta feita a 500 mil brasileiros em pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com o objetivo de escolher o tema do próximo Relatório de Desenvolvimento Humano, a ser publicado no início do ano que vem.

Surpreendentemente, valores como respeito, justiça, paz, honestidade, amor, ausência de preconceito, responsabilidade e consciência foram mais mencionados do que os *hits* educação, segurança, saúde e emprego. Pela primeira vez no levantamento a questão foi postulada de forma aberta aos entrevistados, e não com respostas de múltipla escolha: uma espontaneidade que é ainda mais reveladora da percepção da população acerca de sua própria realidade.

Prova também de que os cidadãos esperam mais que as tradicionais bandeiras erguidas pelos candidatos: desejam profundas reformas no jeito de se fazer política, neste momento marcado por escândalos no Senado. Quando PÁGINA22 relaciona política e sustentabilidade, trata-se muito mais do que inserir temáticas socioambientais nas plataformas políticas: diz respeito à mudança na visão de mundo, a um amplo e participativo debate sobre o projeto de nação e a um entendimento da realidade nacional dentro de outro contexto global, alterado por condições complexas, como as mudanças climáticas.

Sociedade civil, organismos multilaterais e setor privado são esferas nas quais as discussões sobre sustentabilidade têm gradativamente evoluído. Mas e quanto às instâncias políticas, decisivas para que as transformações ocorram de fato? A caminhada ainda está bem no início e certamente começa pelo resgate dos valores, em torno dos quais se arregimentem forças e interesses comuns. Dispersos, os sonhos não passam de sonhos. Mas, se orquestrados em um movimento consistente, podem alçar à realidade.

Boa leitura

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Editorial
Dora Dias (Assistente de Arte)
Marcela Amaral e Mariana Malveira (Diagramadoras)
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
REVISOR José Genuino Moura Ribeiro
ILUSTRADOR José Vicente da Veiga
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo, Flavia Pardini, José Alberto Gonçalves, José Eli da Veiga, Luciano Munhoz, Paulo Bento Maffei de Souza, Regina Scharf, Rodrigo Carletti
ENSAIO FOTOGRÁFICO Felipe Gombossy

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)
MARKETING E PUBLICIDADE

SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415
e Monica Carboni (11) 8104-1632
RIO: Ricardo Lutigardes (21) 9217-3931
BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305

MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854
PORTO ALEGRE: Roberto Gianoni (51) 3388-7712
NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / redacao@pagina22.com.br
www.pagina22.com.br

IMPRESSÃO Posigraf
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

CONSELHO EDITORIAL
Aron Belinky, Cynthia Rosenburg, José Carlos Barbieri,
José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi,
Ricardo Guimarães, Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução do todo ou parte do conteúdo desta publicação.
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORÊSTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

COP: LUCIANO MUNHOZ



Notas **6**

Entrevista **10**

Política **16**

Esquerda **24**

Radar **30**

Coluna **34**

Retrato **36**

Especial Clima **44**

Análise **48**

Artigo **49**

Última **50**



Notas **6**

Entrevista **10**

Política **16**

Esquerda **24**

Radar **30**

Coluna **34**

Retrato **36**

Especial Clima **44**

Análise **48**

Artigo **49**

Última **50**

24

O deputado Rodrigo Rocha Loures conclama o cidadão a apoiar a aprovação da Política Nacional do Clima até dezembro



36

Decisiva, a política é a última instância a trilhar o caminho da sustentabilidade, a reboque do setor privado e da sociedade civil

Igreja progressista, movimentos sociais e sindicalismo: alinhamentos e discordâncias com a nova visão de mundo

No fragmentado cenário político dos países desenvolvidos, um germe de mudança desponta nas mídias digitais



30

As visões sacadas de uma câmera portátil, pela janela dos ônibus metropolitanos

A oposição entre países ricos e em desenvolvimento chega às patentes da tecnologia para redução de emissões

[POLÍTICA]

Lobby em alta temperatura

Os meses que precederam a aprovação pela Câmara dos Deputados dos EUA, em 26 de junho, da chamada Lei Waxman-Markey – ou a lei das mudanças climáticas – foram marcados por uma explosão na atividade lobista. Levantamento dos registros do Congresso feito pelo The Center for Public Integrity – organização não governamental e não partidária que produz jornalismo investigativo – mostrou que o número de empresas e organizações que tentaram influenciar o debate climático no último ano ultrapassou 770, mais de 300% superior do que há cinco anos. Quase todos os setores da sociedade estão representados e, para fazer valer seus argumentos, contaram com um exército de quase 2.400 lobistas – mais de 4 para cada integrante do Congresso americano – e gastaram cerca de US\$ 90 milhões.

O levantamento identificou os setores de carvão e gás e as indústrias que usam estes recursos como os líderes da cena lobista. Houve significativo aumento nos representantes de **Wall Street**, que esperam atuar como intermediários financeiros no esquema de *cap-and-trade* de emissões de carbono que o projeto

estabelece. Também cresceu o *lobby* por parte de grupos de interesse, especialmente organizações ambientais – mas para cada lobista ambiental há oito que representam as indústrias.

Após as modificações dos deputados, o projeto prevê redução nas emissões de carbono pela economia americana de 17% até 2020 sobre os níveis de 2005, e de 80% até 2050. A indústria receberá de graça 85% das permissões para emitir e apenas 15% serão leiloadas. O projeto inclui ainda metas para a oferta de energia renovável, modernização da rede de distribuição e eficiência energética. Enquanto a matéria não passa pelo Senado, os lobistas devem continuar na ativa. – *por Flavia Pardini*

[PATENTES I]

Desenhadas para compartilhar

Inovações que poderiam se espalhar e contribuir para reduzir o uso de recursos ou torná-lo mais eficiente muitas vezes acabam limitadas, porque as empresas não são desenhadas para compartilhar. Para ajudar a mudar tal estado de coisas, o Creative Commons (CC) juntou-se à Nike e à Best Buy – rede americana de varejo de

eletrônicos – e lançou o GreenXchange. A iniciativa pretende usar a experiência do CC no desenvolvimento de licenças de uso de propriedade intelectual para permitir o compartilhamento de inovações que possam contribuir na busca da sustentabilidade. No momento, a iniciativa está à procura de parceiros dispostos a contribuir com capital e trabalho.

O GreenXchange visa permitir que uma empresa detentora de patentes importantes para a sustentabilidade possa disponibilizá-las de graça para outras companhias, desde que receba crédito por isso. Outra possibilidade é que tal empresa disponibilize patentes não relacionadas à sustentabilidade para pesquisa por companhias que não atuem em seu *core business*. O GreenXchange pode explorar ainda a “exceção de pesquisa”, que permite que acadêmicos conduzam pesquisa com base em processos patenteados por uma empresa.

A noção de “alguns direitos reservados” em vez de “todos os direitos reservados”, que ancora a ação do CC, é permitir que indivíduos e companhias operem em algum espaço entre o “mundo controlado” em que vivemos e a liberdade que os *commons* gostariam de promover, segundo John Wilbanks, vice-presidente de ciência do CC. Organização não governamental criada em 2001, o CC contabilizou 130 milhões de licenças em uso no ano passado. (FP)

[PATENTES II]

Na marca dos 100

Enquanto o GreenXchange se prepara para decolar, o Eco-Patent Commons (mais na ed. 16 de PÁGINA 22) se aproxima da marca de 100 patentes abertas para fomentar ganhos ambientais nos processos de produção. Lançado em janeiro de 2008, o Eco-Patent Commons é uma iniciativa liderada pela IBM, Nokia, Sony e Pitney Bowes no âmbito do World Business Council for Sustainable

Development para tornar de domínio público patentes “responsáveis ambientalmente”. No lançamento, o portfólio contava com 31 patentes, 27 das quais disponibilizadas pela IBM. Empresas como DuPont, Bosch e Xerox contribuíram para o *commons* desde então.

Ao abrir as patentes, o Eco-Patent Commons garante o uso gratuito da propriedade intelectual, enquanto o objetivo do GreenXchange é desenvolver um sistema complementar de licenciamento, que pode incluir algum tipo de direito reservado ou mesmo remuneração ao detentor da patente. A possibilidade de atribuição de crédito que o GreenXchange pretende desenvolver permite também contabilizar o número de vezes em que o conhecimento é usado. (FP)



[INOVAÇÃO]

Jocemar e o lixo

No momento em que nos damos conta, com espanto, de que o Brasil precisa importar **material reciclável** a despeito de todo o lixo gerado domesticamente – o

que abre brechas para o envio criminoso de resíduos tóxicos, como as toneladas que chegaram do Reino Unido no Porto de Santos –, chama atenção a história de vida de Jocemar Silveira, de 39 anos.

O ex-catador de material reciclável – que fez até o Ensino Fundamental e virou um autodidata no tema do lixo, além de líder comunitário e educador ambiental – criou uma série de inventos: de prensas para PET, papel, papelão, plástico e alumínio, moinhos para trituração de polímeros, até sistemas biodigestores de esgoto doméstico, com captação e uso do gás metano. “A necessidade faz o cidadão”, diz, ao contar o que o moveu nessa trajetória.

As prensas vêm ganhando versões mais eficientes desde que Jocemar foi premiado em 2002 pela Associação Brasileira da Indústria do PET (Abipet). Ganharam patente e despertam o interesse da indústria. Segundo ele, a Tetra Pak, por exemplo, já comprou 30 equipamentos para cooperativas que lhe fornecem o material reciclável. A Alcan estuda fazer o mesmo. As prensas são cruciais no processo de reciclagem, pois, quanto menor o volume que o lixo ocupa, mais viáveis economicamente se tornam o armazenamento e a logística. E as inventadas por Jocemar custam menos que as disponíveis no mercado.

O moinho desenvolvido por ele também se tornou acessível às cooperativas, pois é alimentado por energia monofásica, e não trifásica, usada em indústrias. Com isso, permite a geração de renda e a agregação de valor de maneira descentralizada.

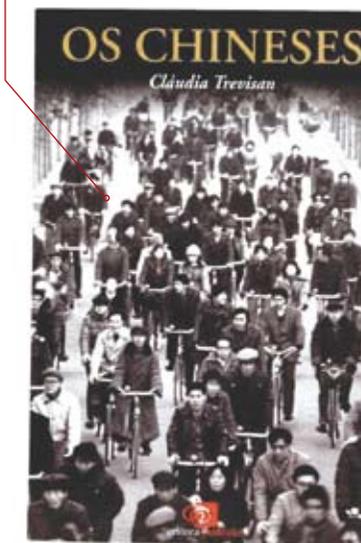
Hoje, Jocemar está em busca de apoio – privado, público e até internacional – para implantar uma planta biodigestora orçada em R\$ 2 milhões, com o objetivo de processar o esgoto de 400 residências na Cidade Júlia, na divisa entre São Paulo e Diadema, e gerar 560 metros cúbicos de gás metano por dia, além de empregos. Um gás que pode ser canalizado para a cozinha das residências, transformado em energia elétrica ou em gás veicular. Contatos: jocemarsilveira@yahoo.com.br e ultrapuro@gmail.com – *por Amália Safatle*

[LANÇAMENTO]

O chinês, a bicicleta e o carro

Invariavelmente sinônimo de país poluidor, com sua pegada ecológica potencializada pela demografia, matriz energética suja, altas taxas de crescimento do PIB e aspirações ao padrão de consumo ocidental, a China não está alheia às questões de um novo modelo de desenvolvimento.

A respeito da histórica pressão exercida sobre recursos naturais, a jornalista Cláudia Trevisan, autora do livro **Os Chineses**, recém-lançado pela Editora Contexto, pergunta se teria sido possível fazer diferente diante da necessidade de sobrevivência de uma população que desde os primórdios foi tão numerosa e pobre. Ela observa que hoje, ao constatar os problemas ambientais do sucesso econômico cercado a população por todos os lados e atingindo a própria economia, o governo busca, em alguma medida, mudar modelos e reverter essas perdas. Uma delas é a da área agricultável, hoje equivalente a 6% do total no planeta, para alimentar uma população que responde por 20% da global. Lá, 70% dos



ursos d'água já apresentam algum nível de contaminação.

Embora tenha 70% da energia gerada por carvão mineral, já é um dos países que mais investem em fontes renováveis. Políticas governamentais incentivam a implantação de atividades com baixa intensidade em carbono e em matéria-prima. Estimulam também o aumento da cobertura florestal. Uma muralha, desta vez feita de árvores, com extensão de 4,5 mil quilômetros, está sendo "construída" para deter o avanço do Deserto de Gobi e suas tempestades de areia. E há uma tolerância à manifestação popular na área ambiental, onde é permitida a atuação de ONGs como o Greenpeace. "O governo central vê os protestos como forma de pressionar os governos locais, ainda voltados para o crescimento econômico a qualquer custo", explica Cláudia.

Se é grande o desafio da sustentabilidade, ele fica ainda maior na China, lugar de gigantismos. Somente o consumo dos triviais palitinhos levam ao corte de 25 milhões de árvores por ano.

Em 2009, os chineses vão comprar mais carros que os americanos. Hábitos culturais e da medicina tradicional são capazes de aniquilar espécies inteiras, como os tubarões, das quais se extraem as barbatanas para fazer sopa. E os animais ainda acabam morrendo de forma cruel, jogados ao mar após a mutilação – para citar apenas um exemplo. *[AS]*

[ANOTE]

Jovens embaixadores

Móveis escolares com **madeira plástica**, uso de pisos ecológicos em centros urbanos, descarte consciente de medicamentos. Esses são exemplos de projetos brasileiros já premiados no Programa Jovens Embaixadores Ambientais, promovido pela Bayer, que chega à 6ª edição. Realizado em 19 países, está com inscrições abertas até 21 de agosto. O objetivo é incentivar a



produção científica e a adoção de ações socioambientais entre jovens de 18 a 25 anos. Os vencedores ganham uma viagem à Alemanha, onde têm a oportunidade de participar de um intercâmbio técnico e cultural com os premiados de outros países participantes. Até 2008, quase 400 jovens foram premiados, dos quais 20 do Brasil. Mais informações em: www.bjeebrasil.com.br.

FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA 22



Quando o electricista paulistano José Roberto Godoy recebeu o diagnóstico de HIV, em 1991, achou que se tratava de uma sentença de morte. "Quer saber? Eu vou morrer no mato", decidiu, rumando em seguida para a região de Visconde de Mauá, na divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro. Hoje com 52 anos, Godoy não se deixou derrubar, nem pelo vírus nem pelos três atentados a bala que viria a sofrer.

Começou a provocar inimigos em 1999, quando, após um grande incêndio florestal, fundou a Brigada de Voluntários da Área de Preservação Permanente de Visconde de Mauá. Além realizar um trabalho de prevenção e combate ao fogo, o grupo passou a receber denúncias anônimas sobre caçadores ilegais dentro da área de preservação ambiental (APA). Godoy levou tudo para o Ministério Público, provocando a ira dos criminosos.

"As pessoas pensam que essas coisas só acontecem na Amazônia. Mas no Sudeste também tem", diz. Segundo Godoy, o Ibama mantém agentes do programa Prevfogo no Parque Nacional de Itatiaia, outra unidade da região. Mas, na APA, a maior parte do trabalho sobra para o grupo de cerca de 20 voluntários, na base de enxadas, foices e abafadores, especialmente no mês de julho.

Godoy procurou PÁGINA 22 para fazer um apelo. Acredita que a criação de unidades de conservação e programas de reflorestamento em todo País andam dissociados de sistemas de defesa. "A primeira coisa tem que ser isolar e proteger. É muito fácil plantar árvore, demarcar uma área, mas pra fazer um sistema de defesa, preparar as pessoas para o combate ao fogo, não tem recursos", reivindica. "De que adianta hoje em dia ter detecção de queimadas em tempo real, se eu não tenho gente para apagar o fogo?" Recado dado.

SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR DESTA SEÇÃO, ESCREVA PARA REDACAO@PAGINA22.COM.BR E CONTE UM POUCO SOBRE VOCÊ E SEUS PROJETOS. PARA SE COMUNICAR COM JOSÉ ROBERTO GODDY, ESCREVA PARA BRIGADAVISCONDEMAUA@GMAIL.COM



América BioFach Latina

Development of Organic Markets
Desenvolvimento de Mercados Orgânicos
Desarrollo de los Mercados Orgánicos

2009
Outubro 28 – 30
São Paulo, Brazil
Transamerica Expo Center

Anote a data!

Junto com a



A feira de produtos orgânicos mais importante da América Latina!

O setor orgânico na América Latina está ocupando novos mercados como redes de restaurantes, hotéis e catering. Supermercados e lojas especializadas estão aumentando as áreas de produtos orgânicos, respondendo a demanda dos consumidores por qualidade e saúde.

www.biofach-americalatina.com



Com o apoio de



International Federation of
Organic Agriculture Movements

Organizadores



NÜRNBERG MESSE

Mobilização já

Sem pressão popular, nada feito. A esfera política, assim como se deu no mundo corporativo, só deve evoluir na direção da sustentabilidade se provocada pela opinião pública e suas cobranças. Assim, a poucos meses da 15ª Conferência das Partes (COP), na qual se depositam votos de transformações vitais na agenda climática global, e às vésperas de ano eleitoral no Brasil, o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) conclama a população a se mobilizar por uma causa que tem na agenda uma tarefa premente: aprovar o projeto de lei que institui a Política Nacional de Mudança Climática. Três projetos tramitam na Câmara, um deles de sua autoria, construído com base em consulta pública realizada pelo Observatório do Clima, que aglutina representantes da sociedade civil. Aprová-lo antes da COP sinalizaria ao mundo que a sociedade brasileira se posiciona de forma diferente da do governo.

A transparência e a articulação propiciadas pelas novas tecnologias são razões para Loures vislumbrar mudanças no fazer política, em que pese o descrédito popular em suas instituições. Administrador de empresas formado pela FGV, Loures aproximou-se da temática ambiental em 1989 quando procurado por Mary Alegretti, que, anos antes, com Chico Mendes, buscava agregar valor à castanha-do-pará e viabilizar as reservas extrativistas na Amazônia. O projeto resultou na barra de cereais Nutry, da empresa de sua família, a Nutrimental. Hoje, o deputado vê como maior desafio aproximar os representantes políticos de seus representados.



Suas propostas e sua atuação política alinham-se ao tema do desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade dá voto? Ou seja, é uma ideia que se sustenta politicamente? Acho que não, porque a sociedade brasileira não faz a pressão que deveria fazer sobre seus representantes políticos. A sociedade não compreendeu ainda que já foi capturada pela questão ambiental. Infelizmente, só diante de uma tragédia, de um evento extremo, é que existe algum tipo de mobilização. Há um oportunismo muito grande na utilização do tema como bandeira política e a sociedade brasileira não exerce seu papel de protagonista nesse tema. As boas experiências nacionais ficam diminuídas, eclipsadas, obscurecidas por movimentações que acontecem em outros países, como se tudo isso fosse um espetáculo, mas não é. Por isso, quando converso com o agricultor, quando falo com o motorista de táxi, busco a tradução dessa linguagem para o cotidiano deles. Essa tradução é fundamental para resultar em voto, em voto consciente a favor de uma comunidade sustentável, de uma empresa sustentável.

Então, trata-se mais de uma questão de comunicação, de decodificar sustentabilidade em fatos do dia a dia das pessoas, como a enchente... ...o preço da comida por conta da modificação do regime de chuvas, a saúde pública por problemas respiratórios, alérgicos, por contaminação, e que, num prazo maior, pode levar a efeito cancerígeno. Nos EUA, por exemplo, as leis que vinham sendo desenvolvidas em consequência de votações apoiadas por assembleias estaduais – por proposição de governadores, como na Califórnia e outros estados – passaram a ser uma questão de segurança nacional, porque o *surgeon general*, essa figura de médico que existe lá, recomenda ao governo reduzir as emissões de poluentes. O que é um ponto positivo na sociedade que tem a maior frota de veículos do planeta e o maior número de carros por família. Isso significa que lá houve uma associação correta entre saúde pública e sustentabilidade. Mas não há, no Brasil, esse nível de percepção, o que deveria ser o foco dos vereadores, dos prefeitos, dos deputados estaduais, federais. Todos os políticos deveriam, ao longo de suas campanhas, posicionar-se sobre o que pretendem fazer diante desse tema. Normalmente, o discurso fica no plano raso e a comunicação é de baixa qualidade. Certamente é um problema de comunicação. Então nós, aos trancos e barrancos, vamos ao longo de cada desastre ambiental tomar contato, ainda que episódico, com as enchentes no Nordeste, com os desabamentos em Santa Catarina, com os deslizamentos em Minas Gerais, com as frustrações de safra no Paraná ou mesmo com a dengue no Rio de Janeiro, cujo fenômeno também é influenciado por alterações no regime de chuvas.

Nas próximas eleições, o tema da sustentabilidade, ainda que mal comunicado, será muito mais conhecido da população do que nas

eleições passadas. O senhor acredita que haverá mudança no discurso político de forma a incorporá-lo? Se não houver pressão inteligente – porque política se faz por pressão sobre os políticos –, não haverá esse debate de maneira qualificada no ano que vem. Nem pelos governadores, nem pelos candidatos à Presidência. A partir de hoje, todos deveríamos procurar questioná-los antecipadamente. Pelo mesmo princípio da precaução que temos quanto à mudança climática, devemos ter o princípio da precaução política

com relação aos futuros prováveis candidatos e partidos políticos. Há 27 partidos políticos legalmente cadastrados no Brasil com certidão eleitoral para poder apresentar candidatos. Então, imediatamente, nós deveríamos obter uma posição desses 27 partidos referente a qual projeto defendem em relação à sustentabilidade. Não existem 27 projetos diferentes, portanto é evidente que cada partido não tem grande divergência em relação ao outro. Podem divergir quanto a como chegar lá, mas essa também é uma oportunidade de mostrar como as estruturas partidárias devem se aproximar desse tema, é uma razão para convergir na direção desse debate. A sustentabilidade é uma grande oportunidade de convergência. Isso tem de ser feito no plano partidário e, depois, buscando um compromisso com cada candidato. Deve ser objeto da pressão popular, à medida que a internet avança, que as redes sociais se ampliam, e o volume e a qualidade dos debatedores aumentam. Vivemos hoje um ponto de mutação, estamos em um momento de grande transformação econômica, social e política, e as redes que vão se desenvolver são uma ferramenta excepcional de pressão. Pressão que já existe no Congresso: nós já recebemos muitos emails diretamente, mas muito pouco sobre a questão da sustentabilidade. Talvez as pessoas não estejam realmente mobilizadas, até porque não sabem exatamente que aspecto, que tema, projeto ou ideia deveriam apoiar e fazer prevalecer ao longo do tempo. Porque são vários os temas: a educação ambiental, as energias renováveis, as novas formas de manejo agrícola.

Em vez de conteúdo, falando agora sobre a forma como a política se organiza e é exercida, no Brasil: a gente observa um jogo de forças que induz à corrupção, à barganha, ao favorecimento. Não é incompatível falar dessas matérias dentro de um sistema que por si só não é sustentável? A transição se dá pelo voto. Ela é acelerada ou postergada pelo voto. A modelagem política atual está sofrendo profunda transformação. Isso está claro nos escândalos do Senado e da Câmara. Por incrível que possa parecer ao leitor – eu falo como quem observa de dentro, faço parte da Casa – está havendo uma tentativa muito grande de reaproximação do Congresso com a sociedade. Se você observar uma pesquisa que foi feita pela revista *Época* poucas semanas atrás, chamada o “Congresso no Espelho”, 247 parlamentares já admitem que a mudança nos procedimentos é necessária. Estamos em mudança acelerada. Quem acha que

as coisas ficarão como eram está atrelado a um mundo que não existe mais. O mundo muda com a velocidade da internet. O político está *on-line*. Nós incorporamos o processo da rede no debate político, o que vai acelerar essa troca entre o representante e o representado. A corrupção também será exposta. O século XXI é o século da transparência e ela vai prevalecer para os que acreditam e para os que não acreditam nela. Menos em virtude do processo de evolução humana e mais do processo de evolução tecnológica, o fato é que tudo facilita a transparência, inclusive porque há a câmera digital, o microgravador, o grampo telefônico, a possibilidade de transmitir qualquer decisão imediatamente para qualquer ponto do planeta. Portanto, não há onde se apegar no sentido de imaginar uma estrutura política que não seja transparente, e que essa distância entre as instituições e a sociedade permaneça. Assim como será mais acelerada a substituição daqueles representantes que estejam se afastando das razões que os fizeram ser escolhidos. Aposto muito mais na sociedade civil que no modelo arcaico de se fazer política. Até porque o mundo mudou e essa questão da sustentabilidade só carece de um desafio de comunicação, de mobilização, de incorporação dos efeitos positivos da política. Todos nós temos preocupações básicas com as questões pessoais: pagar as contas, cuidar da família, educar os filhos, essas são as questões centrais. Depois, as outras passam a ser a satisfação no trabalho, o progresso, as questões envolvendo a comunidade. E a questão política fica muito distante. As pessoas em geral percebem a política como uma dimensão na qual não estão inseridas, o que também é um equívoco.

O que os demais colegas na Câmara pensam sobre sustentabilidade? Existe um grupo pequeno que milita.

Milita mais por conveniência, em busca de dividendos políticos, ou por convicção? Existe um grupo muito capaz, de deputados especializados no tema, líderes em seus respectivos partidos, que fazem parte da Frente Parlamentar Ambientalista, que é a maior das frentes parlamentares – somos hoje cerca de 300 deputados federais de todos os estados e partidos com representantes na Câmara, em 11 grupos temáticos. Sou o coordenador do GT do Clima e fizemos um grande trabalho no Itamaraty e na Casa Civil, além de no Ministério do Meio Ambiente. Mas o Ministério da Ciência e Tecnologia, do meu ponto de vista, é a grande base de apoio desse conjunto de políticas hoje no País. Conversamos muito com a Thelma Krug (*do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*), com o ministro (*Luiz Alberto*) Figueiredo, no Itamaraty, com o embaixador (*Sérgio*) Serra e com muitas das representações empresariais: CNI, Fiesp. Eu diria que as principais empresas brasileiras estão mais adiantadas que o próprio governo, no que diz respeito à adaptação a esse novo fenômeno. Portanto, existe, sim, um grupo de parlamentares diligentes, disciplinados,

capacitados, mas a questão da sustentabilidade não adquiriu na Câmara a condição de tema prioritário. Esse é um desafio que todos aqueles que percebem a gravidade do momento têm: levar para o plenário aquelas temáticas que possam ser convertidas em políticas públicas. Porque aí sim, pela via política, você obriga o governo brasileiro a se posicionar em temas nos quais vacila, como a não adoção de metas voluntárias (*para redução de emissão de gases de efeito estufa*). Com isso, o Brasil perde a oportunidade de se colocar como única potência ambiental legítima, com condições de exercer essa liderança. Eu mesmo já propus isso ao presidente Lula e ao ministro (*Celso*) Amorim, quando estivemos almoçando com o secretário-geral (*das Nações Unidas*) Ban Ki-Moon, no ano passado, na ocasião em que visitou o Brasil. Naquele momento, debatia-se muito o fato de o Brasil ter ou não assento no Conselho de Segurança da ONU. E o maior argumento que recomenda a presença do Brasil é menos geopolítico e mais ligado à postura, à atitude de quem tem a maior reserva de florestas, de água doce, a maior área agricultável do planeta sob a sua guarda. Ou seja, a postura da política brasileira e as experiências já desenvolvidas a que me referi no início da entrevista são valiosas para o mundo inteiro, inclusive para dar esse equilíbrio. O Brasil não deve entrar no Conselho por ser uma potência industrial ou comercial ou por qualquer outro mérito que não o ambiental. Para isso, o Brasil precisa dizer: “Sim, nós vamos liderar esse esforço da sustentabilidade”.

E por que isso não acontece? Porque a agenda ambiental foi sequestrada por interesses associados à política comercial. Ficou associada a outras agendas de interesse nacional que colocaram numa vala comum um tema que se sobrepõe a todos os outros. E a agenda climática precisa ser destacada da agenda de interesses de outra ordem. Isso precisa acontecer antes da COP 15. O Brasil, ao lado da Rússia, da China e da Índia, precisa se posicionar em Copenhague a favor de um mergulho sem volta na sustentabilidade.

Mas, enquanto a classe política brasileira em peso não estiver convencida da importância dessas questões, o quanto é possível haver mudanças de fato? Pois somente os movimentos sociais e a pressão popular não bastam, certo? Sem dúvida.

A política exercida na sua plenitude é a mais nobre das atividades. E o inverso é verdadeiro. A sensibilização dos principais atores do País, a começar do presidente da República, existe. Porém, é preciso estimular essa convicção nas principais lideranças políticas de que esse é um bom caminho, para que ele passe para o campo das prioridades nacionais. Ele só passará do estágio de atenção e alerta para o estágio da prioridade se houver pressão popular, inteligente, setorial.

Mas essa não é uma postura passiva por parte dos políticos? No meio

“ Se não houver pressão inteligente, não haverá esse debate (sobre sustentabilidade) de maneira qualificada no ano que vem ”

“ Menos em virtude do processo da evolução humana e mais da evolução tecnológica, o fato é que tudo facilita a transparência ”

empresarial, é comum ouvir: “Enquanto o consumidor não pedir, a gente não entrega”. Com isso, não deixa de haver uma proatividade por parte dos políticos? Existem muitos gestores e políticos que já estão atuando e militando independentemente dos resultados. No meu caso, essa militância se dá há 20 anos. A classe política precisa ser estimulada a cumprir com seu dever nessa questão. Mas, quando se faz pressão, é preciso fazê-la de forma dirigida e inteligente, e não de forma emocional. A pressão inteligente é fazer votar no Congresso Nacional os projetos – e eu já identifiquei pelo menos três importantes –, todos eles propondo a criação da Política Nacional de Mudança Climática.

O fato de haver três projetos somente na área climática não dispersa as forças? Não, porque são projetos complementares. Temos um projeto de lei original do (deputado Antonio Carlos de Mendes Thame (PSDB-SP), que abre a discussão e introduz o tema (PL 261/2007); temos a versão do governo, que de certa maneira revela os limites que o próprio governo percebe hoje para avançar; e temos o que eu propus (PL 5415/2009), que é fruto do que a sociedade pede. Todas as ONGs, vários cientistas e professores, militantes, inclusive membros do governo, do MMA, do MCT – gente de todas as origens e posições que contribuiu para fazer o que eu entendo que seja o mais atualizado e moderno conjunto de normas com vistas ao que o Brasil deveria fazer já, em função das mudanças climáticas. Os três projetos serão consolidados, até porque o processo legislativo levará a que esses itens todos sejam debatidos e transformados em uma única política. O que não podemos é deixar que essa discussão se prolongue para 2010, que, por ser ano eleitoral, tende a capturar as energias do Congresso por conta das agendas das eleições de dois terços do Senado, todos os deputados federais, todos os governadores e o presidente da República. Então, a hora da movimentação é agora. Se não avançarmos neste semestre de 2009 – e este é um desafio que faço para todos aqueles que se interessam pelo assunto –, vamos perder a oportunidade de Copenhague e vamos perder fundamentalmente todo o debate político do ano que vem, pois não teremos tido o tempo para produzir essa mobilização social junto aos deputados.

O que o cidadão, mesmo em casa, pode fazer? Pode escrever para a Câmara e o Senado, onde tem como identificar todos os emails de todos os senadores e de todos os deputados. Pode escrever para o email do presidente da República, do ministro do Meio Ambiente, do ministro da Ciência e Tecnologia, do ministro do Itamaraty, o Celso Amorim. Ele pode, ainda que de maneira eletrônica, e, portanto, sem gerar emissões de gases – a maneira mais correta, inclusive, é essa –, pedir a eles, semanalmente se for o caso, que adotem uma postura de liderança na mudança climática, que apoiem a aprovação dos três projetos de lei que tra-

mitam na Câmara e amplie a vigilância sobre seus representantes, e especialmente aqueles que tiverem alguma relação com alguma autoridade em qualquer área, e perguntem qual a posição sobre a sustentabilidade. É importante que esse conceito seja entendido em uma linguagem simples por todos. Isso é mais fácil para quem está fora do Brasil. Os asiáticos e os europeus, por exemplo, entendem o que é a ausência de uma floresta, porque já não a têm mais. Entendem a dificuldade com a poluição, porque vivem em cidades na grande maioria poluídas, especialmente na China. Compreendem muito o que é o verde e a exuberância da biodiversidade, justamente pela escassez dela. Nós temos esse desafio adicional, porque as pessoas imaginam que uma árvore a mais, uma árvore a menos não faz diferença, e faz. Então, temos de apresentar com muita eficácia os impactos de tudo o que está acontecendo para as pessoas na frente de suas casas, seja do ponto de vista do que se passa com o lixo, com o saneamento, com o consumo de energia, com o excesso de agrotóxicos na comida. Já as crianças estão muito mais atentas a isso do que nós estávamos ao nosso tempo.

Serão eleitores muito mais mobilizados? Com certeza.

Qual a sua estimativa em relação à aprovação do projeto de lei de sua autoria ainda este ano? Tenho muita confiança de que, na Câmara, seja aprovado este ano. Advogo uma mobilização popular, peço por ela, preciso da ajuda de todos os que se dispuserem a pressionar o Parlamento. Essa é uma das poucas decisões que o Brasil, ao tomar, toma a favor do planeta. Já informei ao presidente (da Câmara) Michel Temer que apresentei o projeto, já pedi a ele que dê prioridade de tramitação a esse projeto, somos do mesmo partido, o PMDB é o maior partido do Brasil. Não podemos evitar a tramitação em comissões porque, pela regra constitucional, ele não pode ir diretamente a plenário sem que o mérito tenha sido avaliado antes, então há de ser avaliado pela Comissão de Meio Ambiente. Após esse procedimento, aí sim nós podemos acelerar o processo de votação. Estou focado nisso, é a única coisa que pretendo fazer neste semestre. Se os deputados brasileiros arquivarem ou derrubarem o projeto, ou o transformarem em uma proposta sem significado, isso deve ser objeto de preocupação do País, ao passo que, se for aprovado, será um sinal de maturidade e de compromisso da Câmara com a questão ambiental. E por que tem de ser neste semestre? Porque vai mostrar na COP 15 que a posição do povo brasileiro não é necessariamente igual à do governo brasileiro. E, portanto, o País deseja, através de seus representantes, que o governo seja mais ousado.

Essa percepção da escassez de recursos naturais, pelo estrangeiro, que o senhor comentou, é a razão pela qual os movimentos e os partidos verdes em outros países têm mais relevância que no

Brasil? Países com economias mais industrialmente desenvolvidas já perceberam os efeitos daquela que é a principal falha de mercado do modelo atual: que gera riqueza, emprego e renda, por um lado, e poluição, destruição e baixa qualidade ambiental, por outro. Alguns desses países têm maior facilidade em perceber a consequência de não tomar decisões imediatas. Por exemplo, os ingleses, que moram numa ilha e percebem claramente o que pode acontecer se houver a elevação do nível do mar, colocando em ameaça a própria integridade de seu espaço físico. Ou países como a Holanda. Mais claramente na costa da Índia, ou Bangladesh, ou Mianmar, ou países insulares como a Indonésia, que percebem que não há estratégia antecipada possível a eventos extremos, nem tecnologia, nem dinheiro para fazer frente a isso. Então, os partidos verdes têm uma mesma tese, mas impactos diferentes nos países em que estão inseridos. E se fragilizaram pela dificuldade em transformar seu discurso em realidade. Muitos que admiravam os verdes – na Itália, por exemplo – ao longo dos anos perceberam que aquela mudança não era imediata. E como não estamos falando em um evento de curto prazo, e sim em um processo de transformação e ampliação de consciência, também não podemos, seja em que partido for, tentar sinalizar para as pessoas que a solução está ao alcance da mão, chegando em questão de dias ou semanas. Porque esse é um processo quase que geracional. É provável que a próxima geração estará capacitada e já na gestão plena de um outro modelo de organização social que terá essa responsabilidade, que será incorporada por todos os partidos políticos do mundo. Talvez a diferença entre eles seja a questão do ritmo, se mais ou menos acelerado, se a um custo maior ou menor, mas a agenda introduzida pelos partidos verdes será incorporada por todos os outros partidos, como de certo modo já foi. Talvez essa seja uma das razões pelas quais os partidos verdes tenham avançado menos do que se imaginava. Esse é um fenômeno que revela maturidade do processo político. Seria assustador se apenas os partidos verdes estivessem defendendo a sustentabilidade. Nos EUA, tanto os democratas como os republicanos têm líderes importantes nessa área. E nos partidos Trabalhista e Conservador britânicos, a mesma coisa.

A militância verde é transversal aos partidos brasileiros também? Sim, todos eles têm hoje pelo menos um representante, não em nível de programa, mas de militância. Agora, até por uma questão constitucional, eu defendo o Parlamento global. O que é isso? São líderes e políticos escolhidos por seus cidadãos que participam de uma estrutura não física, sem sede, sem remuneração, que debatem pela internet os avanços nas suas legislações locais ou numa legislação global e se apoiam mutuamente, fazendo pressão em seus governos. Na ONU, são tomadas decisões que representam o interesse de cada nação. Não representam necessariamente o interesse da

população de cada nação e, sim, o dos governos eleitos naquele período histórico. Então nós, os parlamentares – esse movimento já está acontecendo, principalmente entre parlamentares suecos, britânicos, americanos, japoneses, italianos, franceses, alguns poucos chilenos –, já temos um grupo que está trabalhando em um anel de pressão política global. Os avanços ou os retrocessos que acontecem em cada um dos países são compartilhados, e essa rede pode se encontrar a qualquer momento e vai se encontrar em Copenhague.

Que tipo de poder esse Parlamento é capaz de ter? Não é um poder deliberativo, porque a governança global não existe institucionalmente. Mas os parlamentares trabalham juntos, trocam informações, facilitam processos políticos e observam a realidade uns dos outros. É muito mais poderosa a visão que o outro tem de nós do que a nossa visão sobre nós mesmos. Então, nós sabemos a importância que o Brasil tem nesse momento – eu falo com parlamentares de outros países e percebo a angústia que eles relatam porque aguardam fundamentalmente uma posição brasileira, que é chave. E o governo sabe disso.

Justamente porque sabe, o governo trava, segura? Segura. Porque traz para a mesa de negociação outros temas associados ao interesse nacional, mas não necessariamente à sustentabilidade. Só que esta agenda é a central do planeta, é a principal decisão política que todos terão de tomar nos próximos 30 anos, para que possa haver os próximos 300 anos. Caso contrário, vai-se colocar em xeque a capacidade de governança, de equilíbrio – não ambiental, mas político do planeta. Se não formos capazes de equacionar os conflitos que virão, teremos de lidar com as consequências da falta de acordo. No estágio mais agudo, a guerra. A questão da água, da comida, da saúde pública, essas disfunções todas levarão a um processo de desgovernança.

O quanto os últimos escândalos no Senado o desanimam a seguir com a carreira pública? Desanimariam se não significassem a transformação da instituição. A existência dos escândalos revela a mutação pela qual está passando o Senado e a Câmara, aproximando o representado de seu representante. O que desanima é a generalização desse fenômeno, é o eleitor achar que todos são iguais. Como Nelson Rodrigues ensinava, toda unanimidade é burra. Não se pode dizer que todos os jornalistas são incompetentes, que todos os médicos são inábeis, que todos os policiais são bandidos, nem que todos os professores são incapazes. Toda generalização nasce sem legitimidade. Tenho certeza de que vamos ter instituições muito mais representativas após esses escândalos. Seria muito pior se não estivessem acontecendo e a prática fosse mantida. Eu prevejo dias melhores para todas as instituições. 

“ Não podemos deixar que a discussão [sobre a política do clima] se prolongue para 2010, ano que tende a capturar as energias do Congresso ”

“ Nós, parlamentares de diversos países, já temos um grupo trabalhando em um anel de pressão política global ”

A ÚLTIMA FRONTEIRA

O repertório da sustentabilidade ganha empresas e a sociedade civil, mas **a política, instância decisiva, segue a reboque**. A um ano da eleição presidencial, analistas discutem como emplacar um novo projeto de País

por Carolina Derivi # fotos Luciano Munhoz

VOTE
EM
MIM!



Quando redigiu o prefácio de um dos primeiros documentos a esquadriñar o conceito de sustentabilidade – o relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987 –, a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, dirigiu-se a todos: indivíduos, governos, empresas, organizações da sociedade civil, a comunidade científica. Com o marco conceitual, nascia também a consciência de que uma revisão tão profunda do desenvolvimento não poderia prescindir de ninguém.

Mais de 20 anos depois, às vésperas da Convenção do Clima, na qual os governantes ocupam o assento de motorista do mundo, é no mínimo preocupante constatar que, de todas as instâncias envolvidas nesse processo, é a política que está ficando para trás.

Uma pesquisa realizada pelas consultorias internacionais GlobalScan e SustainAbility, com 1.600 dos chamados “mais influentes formadores de opinião em sustentabilidade” em 90 países, revela o hiato entre a sociedade e seus representantes. Mais de 50% dos entrevistados consideram o desempenho de líderes de ONGs e empreendedores sociais excelente. Quando se trata de qualificar líderes eleitos, a proporção se inverte: 56%

consideram o desempenho pobre.

Ligeiramente superior é a avaliação de líderes corporativos. As piores notas foram atribuídas por 47% dos entrevistados. Mas a pesquisa, realizada anualmente, também revela que o ranking das empresas consideradas expoentes em sustentabilidade se renova, fruto de uma dinâmica constante de competição pela inovação no mundo corporativo.

No Brasil, a um ano das próximas eleições presidenciais, é tempo de percorrer a distância entre a retórica e a prática. Mas apenas converter bancos, empresas e consumidores não basta. “O único jeito de emplacar um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil é pela via política, por mais que

a gente tenha nojo dela”, diz José Eli da Veiga, professor titular do Departamento de Economia da USP e autor de vários livros sobre o tema.

Assim é, se lhe parece

O balanço da atual administração, se prevalecem os avanços ou os retrocessos, é uma discussão interminável. É possível dizer, como faz Mario Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica, que a única diferença entre o governo atual e aqueles dos militares é o regime democrático. De resto, o apetite pelo crescimento desprovido de cuidados ambientais seria fundamentalmente o mesmo.

O olhar do militante é diferente do olhar do historiador. José Augusto Pádua, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e especializado na história da política ambiental brasileira, há uma transição em curso. “A gente pode examinar este assunto sob duas perspectivas. Uma é o ideal, e outra, a realidade da política brasileira, com base no passado. Estamos muito longe do ideal, mas a política ambiental avançou nas últimas décadas, tanto no governo de FHC quanto no de Lula.”

A prova, segundo Pádua, é que hoje há uma espécie de limite invisível para a ousadia das políticas públicas, especialmente na Amazônia. O veto do presidente Lula aos dois artigos mais polêmicos da MP 458, conhecida como MP da grilagem, seria um exemplo. “A sensibilidade ambiental do Lula é mínima, mas ele não consegue ultrapassar algumas barreiras. Ele sabe que a reação, inclusive internacional, é grande.”

O grosso das críticas ao Executivo, em matéria ambiental, dizem respeito à incoerência das políticas setoriais, evidenciadas pelos constantes bate-bocas entre ministros. Mas o Legislativo nacional não fica atrás. Para citar só os



episódios mais recentes, a aprovação da MP 458 e a tentativa de burlar o licenciamento ambiental para o asfaltamento de estradas através da MP 422 revelariam um Congresso retrógrado, insensível ao componente socioambiental do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a Frente Parlamentar Ambientalista (FPA), fundada há pouco mais dois anos por Sarney Filho (PV-MA), hoje conta com um elenco de 283 deputados. É o maior agrupamento de parlamentares da Câmara, com 55% da totalidade dos representantes. O inchaço pode ser explicado, em parte, pelo estilo de lobby das ONGs ambientalistas em Brasília, como a SOS Mata Atlântica, que integra a coordenadoria de Empresas e Responsabilidade Ambiental da FPA. A ordem é não discriminar ninguém.

“A gente passou catorze anos tentando aprovar a Lei da Mata Atlântica, aprendemos algumas lições”, diz Mantovani. “Hoje a gente pega o cara de tecnologia, o cara de esportes, o cara de saúde, e diz: ‘Olha, meio ambiente tem a ver com todos vocês’. Em vez de brigar, a gente tenta fazer a cabeça dos deputados.”

Se o gigantismo da FPA cria um ambiente de diálogo promissor, o mesmo não se pode dizer sobre coesão e força política. Basta notar a composição da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Das 36 cadeiras disponíveis, 16 foram ocupadas por representantes da bancada ruralista, num equilíbrio de forças um pouco mais fiel à realidade da casa.

Para João Paulo Capobianco, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, a FPA não passa de um agrupamento de simpatizantes. “O tema interessa realmente. Mas são raros os parlamentares que têm a questão ambiental como tema permanente. Nessa área, a atual representação é a pior dos últimos anos.”

A hostilidade franca às questões ambientais beira o suicídio político, diz Capobianco. Sinal dos tempos. É provável que os mesmos episódios que introduziram a sustentabilidade no repertório de

Líderes de ONGs e empresas estão à frente de governantes, diz pesquisa



boa parte da sociedade, da imprensa e do mundo corporativo tenham tido também alguma influência sobre a classe política. É o que demonstra o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), membro da FPA, para quem o quarto relatório do IPCC, em 2007, fez com que a agenda ambiental ganhasse atenção. “Essas coisas de machadinha, serra elétrica, pegam mal”, diz o deputado, numa referência aos “títulos” e “prêmios” concedidos pelo Greenpeace a determinados políticos.

Momentum

O contexto das eleições de 2010 é peculiar, já que o volume de debates sobre sustentabilidade e meio ambiente é muito superior àquele que precedeu o último pleito, em 2006.

Duas observações são unânimes entre os analistas ouvidos por PÁGINA22. A primeira é de que a questão ambiental deve figurar no debate pré-eleitoral com destaque inédito, embora ainda não se saiba se por maturidade ou oportunismo. A segunda é de que os principais nomes apontados para a Presidência da República, o governador de São Paulo, José Serra, e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, representam, respectivamente, seis e meia dúzia.

“Eles já não apresentam posições avançadas em sustentabilidade nos cargos que ocupam hoje. Não há por que imaginar que mudariam depois”, diz Adriana Ramos, secretária-executiva do Instituto Socioambiental (ISA), em

Em julho, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, anunciou que o governo deve lançar o “PAC 2” em 2010. Segundo o ministro, será mantido o foco em infraestrutura, com uma nova leva de projetos oferecidos também a investidores estrangeiros

Brasília. Em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, José Eli da Veiga diz que a disputa em 2010 se dará entre “a peste e o cólera”, ou seja, entre dois projetos igualmente conservadores.

O motivo seria a concepção do governo de que o simples aumento do PIB, capitaneado pelo **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, traria retorno imediato na forma de desenvolvimento. Além disso, não se consideram as implicações energéticas no planejamento da infraestrutura. “Por outro lado, quase todas as críticas ao PAC são centradas na lentidão, ineficiência ou incompetência de sua execução. Jamais se ouviu de algum expoente oposicionista qualquer reparo à sua própria

Em 1989, às vésperas da Rio-92, a mobilização ambiental deu resultados

concepção”, escreveu o professor.

Pádua alerta que a dificuldade de alguma inovação na agenda programática dos candidatos não diz respeito apenas à vontade política, mas também à comunicação política. Grandes obras e indicadores como o PIB são elementos historicamente associados ao progresso, portanto mais concretos para o eleitor. “Há uma dificuldade muito grande em fazer a comunicação política de um movimento que não apenas está em construção, como é historicamente muito recente.”

Enquanto isso, os desafios de longo prazo para o Brasil tornam-se continuamente mais complexos. Ou seja, não se limitam ao desmatamento, tido como único telhado de vidro do País. Se considerarmos, como faz Veiga, que as questões mais proeminentes no cenário internacional serão a concorrência com a China e o aquecimento global, a resposta inevitável para ambas é um salto de qualidade em ciência, tecnologia e inovação. “Mas o máximo que a gente consegue fazer por aqui é ficar discutindo onde pode ou não pode colocar boi.”

Mão na massa

Resta tocar um tango argentino, como sugeriria Manuel Bandeira, o poeta moribundo? Do alto de sua trajetória calcada no movimento socioambiental, Capobianco cobra mais mobilização. Ele remete a outro momento parecido com o que se vivencia hoje: as eleições de 1989 e o clima de preparação que se instaurava para a Rio-92.

“Houve um movimento grande, de várias organizações, na elaboração de uma plataforma ambiental mínima nas eleições. Arrisco dizer que fomos mais eficientes no passado.” Pelo menos dois pontos reivindicados à época, a criação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol e o fim dos testes nucleares na Serra do Cachimbo, foram levados a cabo por Fernando Collor.

Para Capobianco, as ONGs de hoje estão tomadas pelo mal que ele chama de “projetismo”. “São organizações de projetos, que buscam apoio para desenvolver e implementar. As questões amplas de políticas públicas, de articulação social, são, em muitos casos, deixadas de lado. O caso das eleições agora é típico. Não

existe até o momento nenhum movimento forte a fim de interferir nessas eleições.”

Ainda é possível esperar por uma grata surpresa. Segundo PÁGINA22 apurou, um grupo de ambientalistas, economistas, cientistas políticos, entre outros profissionais, vem se reunindo para debater alternativas para um movimento político da sustentabilidade, com vistas não apenas a 2010. O grupo só falará sobre estratégias depois de lançado o movimento, previsto para os próximos meses.

Mesmo assim, não há por que imaginar que o desânimo patente da população brasileira com a política não possa se abater também sobre as ONGs. Adriana Ramos dá a impressão de já ter jogado a toalha. “Nosso sistema não permite que pessoas se elejam sem se atrelar a algum poder econômico que as banque. O ambientalismo não elege ninguém. E, ainda que conseguíssemos um presidente comprometido com essa agenda, com que forças ele teria de se aliar em nome da tal governabilidade?”

Apesar disso, Adriana enxerga uma boa possibilidade de avanço se, pelo menos, a agenda ambiental tivesse outros instrumentos para se relacionar com os demais setores de governo que não se restringissem ao famoso “comando-e-controlado” e ao licenciamento. Se existissem, por exemplo, mais instrumentos tributários, os órgãos ambientais poderiam incentivar e não somente limitar as atividades econômicas. “Mas só vai mudar o perfil de atuação se preocupações ambientais começarem a surgir nas outras áreas”, diz.

Esse seria um diferencial dos anos 2000, segundo Capobianco. A possibilidade de reunir não apenas os ambientalistas, mas também segmentos mais progressistas do empresariado nacional. O deputado Antonio Carlos de Mendes

Os verdes na hora da verdade

Quixote da causa ambiental, que nos 1980 “pregava para o deserto”, o Partido Verde brasileiro está diante da sua “hora da verdade”. São as impressões de Alfredo Sirkis, presidente do diretório estadual do Rio de Janeiro e um dos fundadores do partido.

Em 2006, o PV teve de se abrir para a fisiologia por força da cláusula de barreira, segundo a qual os partidos que não alcançassem 5% dos votos para deputado federal não teriam direito a líderes de bancada, entre outras penalizações. “Por um lado, o PV tem hoje uma parte das principais lideranças ecologistas do Brasil. Por outro, uma bancada de deputados na qual metade nada tem a ver com esse ideário”, reconhece Sirkis.

Depois de derrubada a cláusula de barreira pelo Supremo Tribunal Federal, Sirkis acredita que essas eleições possam trazer um salto de qualidade, e não apenas quantitativo, para o partido. Segundo ele, o PV já decidiu que lançará candidatura própria à Presidência e nome prioritário é Marina Silva, do PT. “Não subestimo as dificuldades, mas penso que isso pode, eventualmente, se viabilizar e será um fato de repercussão gigantesca, não só nacional como planetária. Hoje Marina é um símbolo verde internacional”.

Na internet, surge uma semente de apoio à candidatura de Marina Silva

Thame (PSDB-SP) também acredita na sensibilização pela via econômica. Sua aposta é uma só: empregos verdes.

“O desemprego é um problema que apavora qualquer governante. O setor automotivo teve demissão em massa, recebeu ajuda e não criou empregos. O governo ficará com o termômetro laboral, e aí é que pode surgir o apoio a alternativas limpas de energia.” A lógica do deputado é a mesma que impera atualmente nos EUA. Um setor que demanda tanta pesquisa e desenvolvimento para novas tecnologias, além da viabilização em escala das opções já existentes, é também um dos que mais têm potencial para criar postos de trabalho.

Peças no tabuleiro

Se as principais correntes políticas brasileiras estão longe de ter a sustentabilidade como questão programática, despontam na mesa as opções de novas tecnologias da comunicação, exatamente pela possibilidade de mobilizar pessoas de fora das estruturas partidárias.

Por exemplo: é seguro dizer que dez entre dez ambientalistas consideram Marina Silva a única liderança com projeção e capacidade suficientes para congregar as diferentes forças para um programa de desenvolvimento sustentável. Mas não há qualquer indício de que a senadora ou seu partido venham a encampar a proposta, neste ou em futuros pleitos.

Alheio a isso, o site www.marinasilvapresidente.ning.com reuniu, em dois meses, 2.500 apoiadores. No formato de plataforma social, o site oferece ferramentas para a mobilização, como a criação de grupos estaduais, distribuição de material de campanha, compartilhamento de notícias e sugestões de eventos, entre outros.

“Tem um discurso para nascer de que a sustentabilidade é uma evolução histórica da esquerda. Assim que os partidos

acordarem para isso, vão se voltar para as lideranças (em meio ambiente e sustentabilidade) que eles já têm”, acredita o criador do site, Eduardo Rombauer, que também é consultor em processos participativos.

A não intermediação e a alta conectividade, que subvertem o poder de mando pelo poder da influência, são características do padrão de rede, dentro e fora da internet, diz Rombauer. “Ainda não há uma rede em prol da Marina



Silva. Existe apenas um germe, pessoas se conectando”, adverte. Ainda assim, iniciativas como esta têm pelo menos o mérito de provocar a exclusividade dos partidos como únicas instâncias de representatividade política.

Em tese, as possibilidades da internet para a democracia são ilimitadas. Vão desde o já tradicional ciberativismo, passam pela democracia deliberativa – em que os cidadãos influenciariam diretamente as decisões sobre os negócios públicos – e chegam até mesmo à democracia direta. Mas apenas a tecno-

logia não resolve o problema da crise de participação política.

É o que explica Wilson Gomes, professor da Universidade Federal da Bahia e doutor em Teoria da Comunicação, em dois artigos [1] sobre o tema. A desinformação da sociedade, o descrédito da classe política, a profissionalização dos formadores de opinião (lobistas, consultores, jornalistas, ONGs etc.), entre outros fatores, “geraram a sensação de ineficácia da ação política do cidadão comum”, escreve Gomes. É algo que atinge a causa da sustentabilidade ou qualquer outra que se pretenda um movimento.

TOME NOTA

1 “Internet e participação política em sociedades democráticas” pode ser acessado em www.gepicc.ufba.br/enlepcc/pdf/WilsonGomes.pdf. “A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política” em www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/

Há outro mecanismo emergente que pode auxiliar no avanço de uma agenda de desenvolvimento sustentável. Nesse caso, não ao tempo da mobilização, mas na hora de sentar à mesa e decidir como fazer. Trata-se dos organismos *multi-stakeholders*. Roberto Waack, presidente do conselho internacional do Forest Stewardship Council (FSC), conta que a organização tem um papel importante na formulação de leis sobre importação de produtos florestais na Europa e na discussão do Congresso americano sobre mudanças climáticas.

A vantagem desse modelo é a qualificação do *lobby*. Em lugar de cada parte reivindicar seus interesses no Congresso ou nos ministérios unilateralmente, elas negociam entre si até que se alcance o consenso. “No Brasil, um exemplo recente foi como a moratória da soja [2] avançou perante o governo brasileiro. O Greenpeace e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) passaram a ir juntos ao Congresso como porta-vozes do grupo, com um poder de



pressão muito maior”, relata Waack.

O segredo para que o modelo funcione, segundo ele, é a proximidade de cada porta-voz com seus representantes. “Quando o dirigente sindical senta com o dirigente da ONG, eles têm um compromisso com o resultado, porque são cobrados pelos seus constituintes. Se não fizerem direito, eles podem ser destituídos. Isso faz toda a diferença.”

TOME NOTA

2 O Grupo de Trabalho da Soja anunciou recentemente um novo termo de compromisso vigente até julho de 2010. Para saber mais, acesse: http://www.abiove.com.br/ss/moratoria_br.html

Autoavaliação

Se este governo não tem um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil, e o próximo, provavelmente, não terá, é o caso de perguntar: alguém tem? Há propostas suficientemente maduras para serem transformadas em programas de governo?

João Paulo Capobianco demonstra muita fé na intelectualidade brasileira. “Nós temos excelentes exemplos de

gestão empresarial, uma sociedade civil analítica, com técnicos que publicam regularmente na *Science*, um arsenal de acadêmicos extremamente habilitados... o que falta é levar isso para a realidade.”

José Eli da Veiga, entretanto, é mais cauteloso. “Não acho que temos essa maturidade ainda. É por isso que, para mim, 2010 já dançou. Temos que pensar em 2014.” A Amazônia seria tema central em qualquer esboço programático. O desafio não envolve apenas manter a floresta em pé, mas, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento da região. Nada menos do que uma experiência inédita na história da humanidade.

Duas tentativas recentes ilustram bem o pensamento de Veiga. Em 2007, após um ano de esforço coletivo, nove ONGs ambientalistas apresentaram o Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia. As ONGs propunham zerar o desmatamento até 2015, com a adoção de metas anuais progressivas e incentivos econômicos para remunerar proprietá-

rios rurais, comunidades tradicionais e indígenas pelo desmatamento evitado e por serviços ambientais.

Pouco tempo depois, um grupo de cientistas divulgou uma carta de repúdio ao pacto, principalmente pela ausência do componente de ciência, tecnologia e inovação. A geógrafa e historiadora Bertha Becker, que subscreveu a carta, disse que era mais uma tentativa de “imobilizar a Amazônia”, em lugar de se investir em exploração sustentável dos recursos naturais.

No ano seguinte, foi a vez dos acadêmicos de lançar uma proposta. O documento *Amazônia: desafio brasileiro do século XXI*, da Academia Brasileira de Ciência e da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, defendia a necessidade de uma revolução tecnológica e científica na Amazônia. Entretanto, com pouco mais de 20 páginas, e propondo basicamente a criação de novas universidades, institutos de pesquisa e programas de pós-graduação, a iniciativa também não representou mais do que um esboço.

“E qual é a proposta dessa turma para o pré-sal?”, provoca Veiga. “Uma discussão interessante é que o Brasil não deveria se tornar um país exportador de petróleo, mas, ao contrário, usar esse petróleo para o desenvolvimento daqui e as rendas disso para a transição energética. Se é só para dizer essas três frases, eu já estou dizendo há um ano. Não chega a ser convincente.”

Se há um novo movimento político por nascer, a competência de seus atores será posta à prova, em um esforço que transcende a própria militância. E se José Eli da Veiga estiver certo, a estratégia deve ir além de contemporizar com as correntes dominantes. “Eu já sei qual é a cabeça do Serra e da Dilma, por que eu vou perder tempo fazendo plataforma para eles? Nós é que temos de ser a alternativa para o Brasil”, diz o professor, em referência ao conjunto de pessoas e instituições dispostas a apoiar uma candidatura que representasse um novo modelo de desenvolvimento. ■

O VERMELHO E O VERDE

À sua maneira, a Igreja progressista e movimentos sociais, como MST e MAB, falam a língua da sustentabilidade. Já centrais sindicais ainda **mostram apego a um velho jeito de pensar**

POR ANA CRISTINA D'ANGELO # FOTOS BRUNO BERNARDI



A defesa da terra, da água, da energia e a da qualidade de vida eram tratadas de maneira estanque antes de o termo sustentabilidade abarcar estas urgências do planeta e a situação, de fato, se agravar. Três pilares de uma conhecida esquerda – Igreja progressista, movimentos sociais e organizações sindicais – há muito trabalham para uma mudança no modelo econômico que resulte em melhor distribuição de renda e em uma vida mais sã para os habitantes do Brasil continental. A troca do modelo não veio, nem se sabe se virá, mas a sustentabilidade, como conhecida e defendida hoje, promove parcerias e encontros antes impensados. **PÁGINA 22** foi atrás desses três atores políticos, na tentativa de perceber como entendem e incluem a nova pauta em suas respectivas missões e maneiras de atuar ao longo do tempo.

Se a causa, anteriormente só conhecida como “verde” pelos ambientalistas, ficou algum tempo dissociada do “social”, a inevitável dependência recíproca começa a se desenhar entre os movimentos sociais. Os sindicatos, no entanto, ainda aparentam estranheza com a temática e estimulam um debate que tangencia o tema, mas ainda está longe de perceber a participação de todos nesta etapa do conhecimento. A Igreja, que optou pelos pobres, acredita que estes serão os maiores atingidos por mudanças climáticas, falta de água e energia, mas acrescenta sentidos ao discurso evangélico. “A sustentabilidade planetária enriquece o entendimento do Evangelho. Quando falamos em conversão do pecado, podemos entender que se trata de uma conversão do comportamento da humanidade. Ou produzimos e consumimos de maneira diferente ou todos corremos risco”, afirma Dirceu Fumagalli, da coordenação nacional da **Comissão Pastoral da Terra**.

Unindo as pontas

Uma experiência de aproximação emblemática das chamadas causas verdes com o social se deu no Pontal do Paranapanema, na década de 80. Cláudio Pádua estava na região para estudar o mico-leão-dourado, espécie ameaçada de extinção, quando chegaram dezenas de assentados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). “Achávamos que íamos perder tudo, porque estávamos ali por razões diferentes; nós, a biodiversidade, eles, a ocupação da terra. O tempo veio mostrar que havia possibilidade de nos unir e que nós tínhamos mais em comum do que pensávamos”, afirma a esposa de Cláudio, fundadora e hoje presidente da ONG Ipê, Suzana Machado Pádua.

Do MST partiu a ideia do trabalho em conjunto para reflorestamento. A terra dos assentamentos era degradada e conflitos violentos ocorriam pela posse. O casal deu início a um *workshop*, “sem muita pretensão”. Cláudio teve reuniões com José Rainha e outros líderes do movimento e viu que acreditavam piamente na parceria. “Percebemos que eles estavam ali para produzir numa terra conseguida a muito custo e queriam sobreviver daquilo; nós mudamos o rumo da ONG e passamos a trabalhar com aquela realidade.”

A TROCA DO MODELO ECONÔMICO NÃO VEIO, MAS A SUSTENTABILIDADE PROMOVE PARCERIAS E ENCONTROS IMPENSADOS

Primeiramente, foram os *workshops* sobre o que plantar, como plantar, o reflorestamento e seus benefícios. “Eu, que estava acompanhando meu marido no projeto de pesquisa para o doutorado, me apaixonei pela educação ambiental e mudei minha vida naquele processo, fiz mestrado e doutorado sobre o tema, entrevistando as famílias do MST”, acrescenta Suzana.

Hoje cerca de 80 famílias de assentados sobrevivem de plantar café orgânico e foram criados 27 viveiros comunitários que geram renda para os trabalhadores do Pontal. Outros produtos abriram caminho ao longo dos anos, como camisetas com *patchwork* do mico-leão e bucha vegetal com o selo sustentável. Mas Suzana pontua que a qualidade de vida na região ainda é precária – o que não impede que o MST tenha clareza da pauta da conservação. “A mentalidade do movimento mudou muito. As famílias que não participam do projeto também querem trabalhar, porque estão vendo a melhora ambiental, as oportunidades.” A relação não foi paternalista. “Esta experiência nos transformou, vimos que dava para acoplar universos aparentemente muito distintos. Houve uma responsabilidade sutil de ambas as partes. Se isso é possível no Pontal, é possível em qualquer lugar do mundo”, declara.

Luiz Varref, engenheiro florestal do setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, lembra que a conservação da terra é pilar da fundação do movimento na década de 80. No primeiro congresso do MST, em 1984, o cuidado com a natureza aparece como pauta essencial. Em 1996, o movimento avança no debate e propõe ações de conservação. No congresso de 2000, a sustentabilidade é levantada como a principal bandeira, com ênfase na agroecologia.

O movimento parte, então, para a criação da Bionatur, empresa de hortaliças orgânicas, e a Leite Sul, que reúne cooperativas leiteiras no Sul do País para produção de leite orgânico. Só no Rio Grande do Sul, são 14 mil unidades

Abaixo a Ditadura e Salve o Planeta

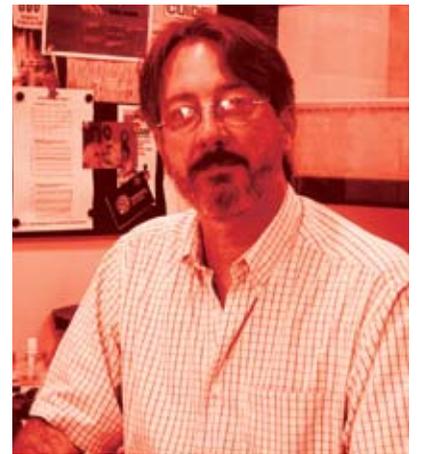
Em seus tempos de Movimento Estudantil, Caio Magri sentou-se a várias mesas para negociar posições, acordos, e foi para a rua quando a hora pedia protestos e manifestações. O que o movia? A necessidade de viver em um mundo menos desigual, mais justo e mais livre. Cerca de 30 anos depois, o atual diretor de Políticas Públicas do Instituto Ethos recorda-se da militância clandestina na Liberdade e Luta (Libelu), braço estudantil da Organização Socialista Internacionalista. A despeito dos – e graças a eles – novos tempos democráticos, ele consegue fazer um paralelo dos seus dias de luta daquela época e os de agora, com a bandeira da sustentabilidade.

“Vejo um trabalho forte de articulação

política, pequenos avanços e parcerias, muito parecido com nossas práticas nas organizações de esquerda. Você agrega vários setores para depois fazer uma ação mais impactante. E, também em comum, a sustentabilidade tem a importância da transparência do processo, o discurso é límpido”, compara.

“Não basta ter baixa emissão de carbono se a empresa tem altos índices de corrupção”. Dessa maneira, discursos ambientais, sociais e políticos se fundem na tal sustentabilidade. O ano de 1989, para o diretor, foi emblemático pela queda do Muro de Berlim e por acentuar a percepção da diversidade de movimentos e a entrada de outros temas, que não apenas a relação capital/trabalho, dominante no debate da esquerda.

Sua grata surpresa foi perceber, um pouco mais adiante, que o terceiro



setor avançava, costurando diálogos até então impensados entre empresas e movimentos sociais. “Fiquei hipnotizado ao perceber que parcerias eram possíveis. O processo nem sempre é tranquilo e cada um precisa mesmo defender sua pauta. Mas tudo é uma negociação permanente, um esforço multissetorial.”

produtivas envolvidas. Em 2005, é criado o centro de manejo da biodiversidade, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, que funciona como uma escola de formação nos 6.300 assentamentos.

Hoje o MST tem associação com 42 cursos de formação em agroecologia, cursos técnicos, graduação e, agora, especialização. “É óbvio que isso tudo tem seus limites. Se no Sul avançamos bastante, no Norte e no Nordeste ainda precisamos de outras parcerias, recursos do governo para assistência técnica e escoamento da produção. O crédito sustentável precisa ser real para quem cumpre a legislação ambiental”, pontua.

A causa principal do MST – a reforma agrária – está longe de ser atingida. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, 28 mil famílias foram assentadas em 2007 e 2008 e 21 terras quilombolas foram regularizadas no período pelos governos federal e estadual. “Isso não significa nada, nesse ritmo levaremos mil anos para regularizar a terra”, diz Dirceu Fumagalli, da CPT.

O País está longe de mudar a lógica da apropriação da terra. No entanto, o MST soube perceber as oportunidades de pequenos e consistentes passos através das parcerias com organizações como o Greenpeace, universidades e a bem-sucedida aliança com o Ipê, no Pontal do Paranapanema.

Outro grupo que tem encontrado suas brechas para ações sustentáveis e pertinentes é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em vez de prestar um atendimento pontual – o que o nome sugere na primeira leitura –, o MAB discute a matriz energética brasileira e, de quebra, o modelo social em que estamos inseridos, de consumo elevado e degradação ambiental.

“Não dá para limitar a discussão a uma alternativa de modelo energético, temos de informar os militantes da necessidade de mudança de comportamento”, diz Marco Antônio Trierveiler, liderança do MAB.

Quando o debate é a matriz energética, o MAB tem todo o arcabouço formado da crítica ao modelo. “Vemos água e energia apropriadas pelas maiores empresas mundiais. A hidreletricidade é uma das mais lucrativas indústrias do mundo e cobra as maiores tarifas dos consumidores”, sintetiza Marco Antônio.

Na articulação com a população e com os atingidos por barragens de usinas, a atuação do MAB envolve cerca de 1 milhão de pessoas, e entre 50 mil e 60 mil têm contato mais próximo com o movimento. Unir-se a iniciativas internacionais tem sido uma alternativa interessante, tendo

em vista que a maioria dos países desenvolvidos “exporta” filiais de suas empresas para países periféricos, onde a oferta de energia é mais abundante.

Em paralelo, o MAB tem feito uma ampla campanha pela **tarifa social**, com custos subsidiados para famílias de baixa renda, o que já resultou em vitórias em algumas concessionárias de energia brasileiras.

Nesse quesito, analisa Trierveiler, a entidade busca apoio de diferentes setores da sociedade, mas admite que seria importante aprimorar essas relações. “Criou-se uma separação irreal entre os movimentos sociais e ambientalistas. Quando uma barragem destrói a população de peixes numa região, os pescadores não têm o que comer”, exemplifica.

Essa estreita visão de separação persistiu por um tempo considerável, avalia Trierveiler, mas ele acredita que os movimentos estão amadurecendo e percebem que não basta batalhar por um setor ou uma causa, mas ter a amplitude de uma mudança independentemente de governos, empresas ou instituições.

“Há necessidade de informação básica. Muitas populações atingidas não sabem sequer ler e escrever e não têm a real dimensão do que acontece. Estamos abertos a parcerias com gente especializada que leve o debate ambiental para estas áreas”, diz.

Chão de fábrica

Um impulso parece necessário para que se entenda nas fábricas o que é sustentabilidade, e sejam vislumbradas as múltiplas possibilidades de parcerias entre patrões e empregados. José Pereira dos Santos, secretário

nacional de formação da Força Sindical, admite que a central cometeu um equívoco no passado, ao entender que política se tratava de um conjunto externo de medidas e ações, ao qual os filiados não teriam acesso. E por isso foram alijados de informações sobre as novas tendências e uma nova forma de entender o mundo e seus novos desafios de organização social e política.

“Agora, começamos a ver a necessidade de um projeto de formação mais arrojado para os trabalhadores, com o entendimento interno de que a política deve ser bem esclarecida para nossos filiados.”

A proposta da Força para o próximo congresso nacional é um projeto de formação de líderes sindicais que contemple o meio ambiente, o local de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador. “Havia uma visão de que questões ambientais eram frescura, mas, além disso, acredito que muitos dirigentes tinham medo de dar formação e maior preparo a seus pares, por receio de perder seu lugar”, revela José Pereira.

A participação dos trabalhadores nos projetos de responsabilidade social das empresas, contudo, anda a passos lentos. Segundo o líder da Força, as empresas transmitem as informações que interessam a elas e caberá ao sindicato mostrar o outro lado. Sem ter parcerias em vista.

Como todos os entrevistados para esta reportagem, contudo, a Força Sindical diz estar aberta a outras associações na área da sustentabilidade, com universidades, ONGs, fundações ou quem queira apresentar projetos. O diretor de Políticas Públicas do Ethos, Caio Magri, vê uma ausência forte de informação na base sindical brasileira com relação ao novo momento. “Os sindicatos não conseguiram se apropriar do conhecimento na área de responsabilidade social. Os relatórios das empresas nesse sentido abrem várias possibilidades de debate, mas muitos entendem como ameaça à sua representação, têm preconceito.”

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi procurada pela reportagem, mas não deu retorno sobre a participação no tema. Segundo Caio Magri, no entanto, o próximo congresso da CUT, este mês, trará ao País os responsáveis pela **aliança** entre ambientalistas e trabalhadores nos Estados Unidos, trunfo da campanha de Barack Obama e que teve peso considerável na eleição do atual presidente americano. 



O MAB pleiteia 100 kWh/mês gratuitos para famílias de baixa renda, igualdade entre o valor pago pelas grandes empresas e pelos consumidores residenciais, acabando com o subsídio dado pelo governo a grandes consumidores

Blue Green Alliance é o nome dado à parceria entre sindicatos trabalhistas e organizações ambientais nos EUA. O objetivo é expandir em número e qualidade empregos numa economia sustentável. O grupo reúne mais de 6 milhões de pessoas

Gestão e inovação para Sustentabilidade

SBCS09 • II Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável

Na sua 2ª edição **O Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável SBCS09** abordará modelos de gestão e tecnologias construtivas inovadoras visando o avanço da sustentabilidade. As questões socioeconômicas serão abordadas tendo como fundo as mudanças climáticas e seus efeitos na economia, nas empresas e na sociedade. Especialistas irão debater como as empresas devem se preparar para os próximos dez anos e como os empregos verdes irão transformar mundialmente o perfil dos empregos.

Informações e Inscrições
www.cbcs.org.br



24 AGOSTO 2009 • WTC Convention Center • SÃO PAULO

Nós que íamos (vamos?) mudar o mundo

Da defesa pelos movimentos sociais e partidos verdes à cooptação pelo *establishment*, os temas ambientais e o clamor por sustentabilidade não foram capazes de subverter as práticas de produção e consumo no mundo desenvolvido. Apesar da fragmentação do cenário político, **um germe de mudança desponta no novo ambiente das mídias digitais**

Quando o homem pisou na Lua e todas as câmeras e atenções estavam voltadas para o satélite branco, o americano Stewart Brand lançou uma campanha para que a Nasa divulgasse a imagem que, a seu ver, mudaria as coisas no Planeta Azul. "Por que não vimos ainda uma fotografia da Terra

toda?", foi a frase que estampou em *posters* e *buttons* que se espalharam rapidamente e ajudaram a catapultar o movimento verde no mundo industrializado. A campanha iniciada por Brand – que depois lançou o Whole Earth 'Letric Link, ou The Well, considerado a primeira comunidade *on-line* – alimentou

o ativismo ambiental e, eventualmente, a formação de partidos verdes em muitos países.

"As primeiras fotografias de satélite da Terra tiradas do espaço tiveram forte impacto em muitos da minha geração, e eu me tornei ativa em vários dos novos grupos de pressão pela conservação que surgiram naquele momento", escreveu Sara Parkin, uma das líderes do Partido Verde britânico nos anos 70. Quatro décadas e muitas fotos de satélite depois, o movimento aderiu à política ou foi fagocitado por ela: há partidos verdes estabelecidos em mais de 80 países.

Apesar de os temas ambientais serem mais urgentes e complexos do que nunca, sua capacidade de levar à mudança que Brand imaginou esmaeceu.

"É evidente que os partidos verdes e as organizações ambientais estão aí fazendo campanha e obtendo progresso: as políticas de energia estão sendo revistas, há mercados para alimentos e algodão orgânicos, o



movimento *fair trade* existe, são coisas poderosas e provocam mudança", diz Ingrid Blühdorn, professor de sociologia política da Universidade de Bath, na Inglaterra, e pesquisador de movimentos sociais, partidos verdes e temas ecológicos no mundo desenvolvido. "Ao mesmo tempo, seria errado presumir que o tipo de justiça ou de mudança no estilo de vida que os movimentos verdes defendiam, e até certo ponto ainda defendem, tem probabilidade realista de ser implementado." Apesar da proeminência do ambientalismo na economia e na política internacional, os princípios que governam as práticas ocidentais de produção, circulação, comércio e consumo permanecem imutáveis, escreveu Blühdorn em artigo com o cientista social Ian Welsh.

Se os partidos verdes não conseguiram alterar o estado de coisas, seria preciso mudar a política? Promessa nesse sentido pode ser vislumbrada no movimento pelos direitos digitais e a cultura livre, que recentemente elegeu um representante para o Parlamento Europeu por meio do Partido Pirata sueco. Além disso, proliferaram iniciativas pela *open politics*

Segundo a Wikipedia, "combina aspectos dos movimentos pelo software livre e pelo conteúdo aberto, promovendo métodos de tomada de decisão considerados mais abertos, menos antagonistas e mais capazes de determinar o que é do interesse público no que diz respeito a temas de política pública".

Assim como nos idos dos anos 70 e 80 os verdes dependiam da base, ou *grassroots*, a política aberta baseia-se nas *netroots*, o ativismo em *blogs*, redes sociais e campanhas de mobilização *on-line* como Avaaz, que atua globalmente, ou GetUp!, organização australiana que alega possuir mais membros do que todos os partidos políticos da Austrália juntos. A tecnologia é chave para iniciativas como o Demoex, ou Democracy Experiment, uma "associação para a democracia direta via internet" nascida de discussões entre os estudantes secundaristas de Vallentuna, subúrbio de Estocolmo, na Suécia, e que elegeu um representante para votar, no Parlamento local, de acordo com a maioria dos votos recebidos via *website*. Iniciativas semelhantes brotam em outros países, da Itália com sua Lista Partecipata, à Austrália com o Senator On-line.

A internet se firma como importante canal para a participação dos cidadãos, mas, como mostra a história dos movimentos sociais na Europa a partir dos anos 60, tal participação não é suficiente para mudar o *status quo*. As tecnologias digitais e as redes sociais,

por mais que realcem a percepção de que "estamos todos juntos nisso" – como diz Clay Shirky, consultor e professor da New York University –, são meios. Nos fins para os quais serão usados é que reside – ou não – o germe da mudança.

Ondas de participação

Uma revolução participativa foi o resultado da ação dos movimentos sociais a partir da década de 60, que, de acordo com Blühdorn, varreram a Europa em cinco ondas. Nos anos 60, o movimento estudantil, por meio de protestos, demandava "uma nova política que abandonasse a ênfase reducionista na estabilidade política e econômica, envolvesse novos atores e adotasse abordagens políticas descentralizadas", escreveu o pesquisador. Em meados da década seguinte, segmentos mais amplos da sociedade adotaram o repertório estudantil de ação coletiva e mudaram o foco para os temas ambientais, de gênero e de justiça social, além da pobreza no Terceiro Mundo. Em vez de protestos, preferiam modos de vida alternativos.

No início dos anos 80, a corrida nuclear no contexto da Guerra Fria e o risco de catástrofe ambiental decorrente dela – além da

degradação ambiental em geral – trouxeram senso de urgência e a fundação dos partidos verdes nacionais na Europa Ocidental. Na segunda metade da década, as atenções voltaram-se para os direitos civis no Leste do continente. Por fim, nos anos 90, após a vitória da democracia liberal e do capitalismo de consumo na Europa, os movimentos sociais enveredaram por um processo de "desideologização, diferenciação e institucionalização", e Blühdorn identifica três tendências majoritárias: a neonacionalista, a ação direta em prol do meio ambiente e a antiglobalização.

Na sociedade de protesto, o maior problema não é mais a falta de oportunidade para articulação política, e sim a falta de capacidade de **integrar interesses fragmentados**

Embora os movimentos sociais tenham sido bem-sucedidos em estabelecer novos modos de participação, hoje há "crescente apatia política e esclerose democrática", na análise de Blühdorn. "No começo do século XXI nos confrontamos com a irritante coincidência da vitória da revolução participativa e sua falência", escreve.

Os movimentos sociais contribuíram para a queda de regimes autoritários no Leste Europeu, a democratização da Europa Ocidental e a defesa de valores europeus na esfera global. Por outro lado, profissionalizaram-se e institucionalizaram-se – em muitas áreas, os movimentos se provaram mais eficientes e capazes do que os governos de obter confiança e cooperação das populações locais, mas, ao operar como parceiros em vez de oponentes, tiveram de aceitar as regras do jogo político e falar a língua do sistema.

O Partido Verde alemão, que integrou

a coalizão que governou o país de 1998 a 2005, é um exemplo do que Blühdorn chama de "cooptação". No início desta década, percebeu-se em crise não só devido à própria transformação, mas também à fragmentação do processo democrático decorrente da revolução participativa. "Na sociedade do protesto, o principal problema não é mais a falta de oportunidade

para articulação política, mas a falta de capacidade de integrar em um bem comum interesses cada vez mais fragmentados", segundo o pesquisador. "Os movimentos sociais contribuíram significativamente para erodir a confiança do público nas instituições estabelecidas e nas elites, mas foram muito menos bem-sucedidos em oferecer novas instituições e processos que podem sintetizar demandas divergentes em agendas administráveis de políticas."

Apesar disso, Blühdorn aposta que os verdes alemães devam obter sua melhor *performance* nas eleições de setembro, pois ainda atendem a um certo eleitorado – os verdes de outrora que envelheceram, têm bons empregos e acumulam uma certa riqueza. "Os eleitores verdes olham para os anos 70 e 80, quando adquiriram seus valores políticos, e querem preservá-los, manter-se fiéis a essas atitudes, embora na prática eles vivam de forma bem pouco ecológica", diz. Para atender a esse desejo e contrapor-se aos demais partidos, que encamparam o discurso ambiental, o Partido Verde hoje se apresenta como "o original" e espera receber os votos daqueles que ainda acreditam que "um outro mundo é possível".

Para Blühdorn, entretanto, não há grupo social ou movimento na Europa hoje que "acredite ou queira uma sociedade categoricamente diferente da que temos". "Os partidos políticos estão interessados em se eleger, vendem a mensagem que acreditam que, ao mesmo tempo, trará mais votos e ajudará a preservar sua credibilidade", diz. Hoje a mensagem é a da sustentabilidade e da justiça social, mas também a de mais crescimento, empregos, supermobilidade para os cidadãos livres. Na visão de Blühdorn,



a política que se pratica é a de "sustentar o insustentável".

O que mudou foi o ambiente

Se há vezes que ainda clamam por mudança, em nenhum outro lugar elas se fazem tão presentes quanto na internet, onde qualquer pessoa possuidora do equipamento necessário pode, em teoria, expressar-se livremente. Muito provavelmente a quase totalidade do que se lê e se ouve na rede é irrelevante do ponto de vista político, mas, como lembra Michael Wesch, professor de antropologia cultural da Kansas State University, nos EUA, as mídias digitais e as redes sociais formam um novo ambiente. Aqui, os meios de comunicação não são controlados por poucos, não são unidirecionais, são criados por, para e ao redor de redes e não massas, transformam os esforços individuais em ação coletiva e facilitam a formação de grupos.

Nada disso significa que

instantaneamente haverá mudança, seja na esfera individual, seja na coletiva. Há, porém, a possibilidade de, nesse novo ambiente, serem criados novos tipos de conversa, segundo Wesch. Embora a trivialidade ainda impere, é possível encontrar na rede, por exemplo, a seguinte proposta de conversa: "Os cidadãos não precisam mais ficar na periferia. Não precisamos implorar aos políticos ou à imprensa para expressar nossos sentimentos. Temos o poder para expressar nossas paixões, em um palco global, e iniciar a ação política diretamente".

As palavras são de David Bollier, editor do site OntheCommons.org, um de vários locais na web onde qualquer pessoa interessada pode obter informações, trocar impressões e "expressar paixões" sobre as possibilidades que apresenta o movimento pela cultura livre, a produção baseada na colaboração e no compartilhamento entre pares e a ressurgência dos comuns.

"Estamos construindo novas formas de

poder e instituições que podem lutar contra oligopólios fechados que servem os poucos, os conectados e os ricos", escreveu Bollier. **"É assim que os commons servem como um novo veículo para a transformação política e cultural."**

Em suas recordações sobre como nasceu a campanha para que os terráqueos vissem seu planeta por inteiro, Stewart Brand conta que a ideia lhe veio ao assistir ao pôr do sol, depois de tomar uma dose de LSD. Provou-se poderosa para contaminar milhares de pessoas ao redor do mundo e gerar movimento. Ao lançar em 1985 o precursor da pletora de redes sociais hoje na internet, o The Well, Brand expôs sua visão, mais válida do que nunca diante das promessas oferecidas pelas novas mídias. "A evolução ocorre por incrementos e em intensa coadaptação com outras criaturas e é assim que estamos desenvolvendo o The Well. Em vez de ser um Plano Utópico ou um produto acabado, é um processo incessante de *autodesign*." ¹²²



Bleu, blanc, vert

A França lança **ambicioso programa ambiental**, mas há quem questione a sua consistência

Governo conservador é o mesmo que governo conservacionista? O presidente francês, Nicolas Sarkozy, parece querer provar que sim. No ano passado, cumprindo promessas de campanha, ele lançou um programa ambicioso, o **Grenelle de l'Environnement**, espécie de pacto entre o governo francês, empresas, sindicatos e ambientalistas para a promoção da sustentabilidade. “Daqui em diante, todas as decisões públicas serão julgadas segundo impactos sobre o clima e a forma como afetam a biodiversidade”, declarou o presidente no lançamento do programa. “O ônus não será das decisões ecológicas de provar o seu mérito, mas dos projetos não ecológicos, que terão de demonstrar que não podem ser feitos de outra forma.”

Isto é surpreendente. Primeiro, porque a França não costuma ser lembrada como vanguarda ambiental. É um dos países que mais dependem de energia nuclear – cerca de 80% da sua eletricidade. As florestas nacionais, embora bem cuidadas, lembram projetos de silvicultura, com árvores perfeitamente alinhadas. Sarkozy, por sua vez, é um sujeito conhecido pela hiperatividade, pela agressividade e por Carla Bruni, a esposa *top model* – não pelo idealismo.

Mas, tão logo assumiu o governo, anunciou que o combate à mudança climática seria uma prioridade. Na sequência, uniu-se à chanceler alemã Angela Merkel e

ao então primeiro-ministro britânico Tony Blair em *blitz* para tentar chamar à razão o na época presidente americano George W. Bush, às vésperas das negociações climáticas de Bali. “Pretendo ir o mais longe possível com os impostos sobre o carbono. Quanto maior a taxação da poluição, menor o peso dos impostos sobre o trabalho”, declarou Sarkozy ao Congresso, em meados de junho.

Agora, aposta todas as fichas no Grenelle de l'Environnement, um plano de ação para os próximos 10 a 15 anos. Pelos cálculos de Jean-Louis Borloo, ministro do Meio Ambiente, criará investimentos na faixa de 400 bilhões de euros e mais de 550 mil empregos no país até 2020. A metade das mais de 200 recomendações consolidadas no Grenelle – e submetidas a uma série de consultas públicas – está ligada à mudança climática. A expectativa de Borloo é que a França dobre a geração de **energias renováveis** e reduza as emissões anuais em 50 milhões de toneladas de carbono.

No que diz respeito aos transportes, o Grenelle propõe construir mais de 2 mil quilômetros de linhas férreas de alta velocidade e ampliar a oferta de transporte público urbano.

O governo também decidiu repassar 400 milhões de euros às indústrias automobilísticas francesas para pesquisa e desenvolvimento em sustentabilidade.

A iniciativa ganhou esse nome em referência ao pacto estabelecido entre o governo e os estudantes para encerrar as revoltas de 1968

A meta é chegar a 23% da matriz energética até 2020, e para tanto a energia geotérmica deverá aumentar 6 vezes; a eólica, 10; e a fotovoltaica, 400

Uma proposta já colocada em prática foi a elevação dos impostos sobre carros excessivamente poluentes. “O mercado automotivo francês está mudando de cara. Em média, as emissões dos veículos novos comercializados no país caíram em 9 gramas de dióxido de carbono por quilômetro em um único ano”, diz Borloo em artigo na revista *Our Planet*, do Pnuma.

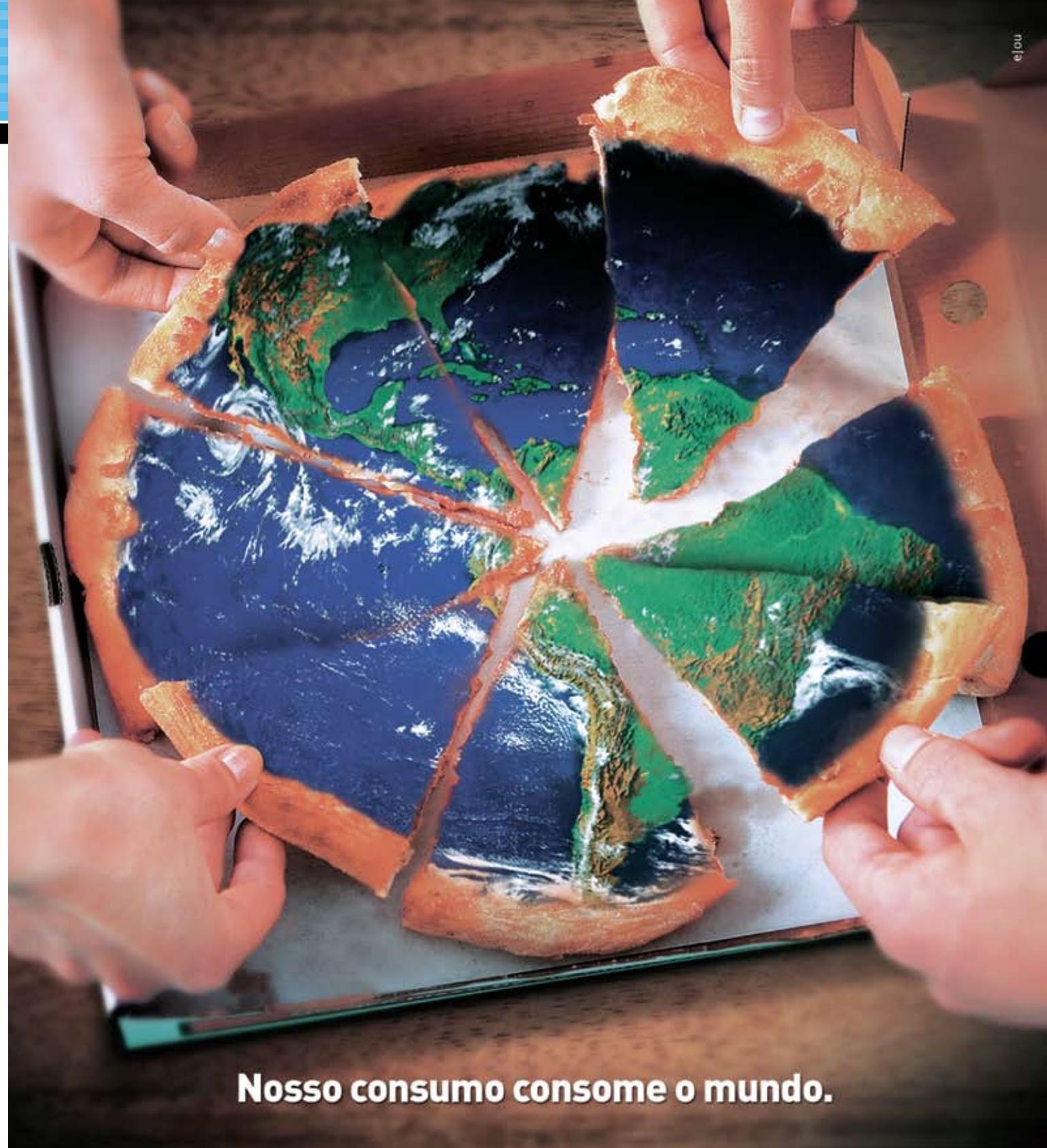
A meta para edifícios, responsáveis por mais de um quarto das emissões da França, é a adoção de um padrão de consumo máximo de 50 kWh por metro quadrado ao ano para imóveis novos até 2012. Até 2020, o objetivo é mais ambicioso: ter imóveis que não só gerem a própria eletricidade, mas possam fornecer energia para terceiros.

Por fim, esse plano tão exaustivo prevê triplicar a produção agrícola orgânica até 2010, reduzir o uso de agrotóxicos à metade e criar corredores de biodiversidade. E ainda reduzir em 15% o volume de lixo enviado à incineração, até 2012.

A esquerda e os grupos ambientalistas inicialmente aplaudiram e participaram ativamente do Grenelle, animados com seu perfil inovador. Mas agora muitos reclamam que parte das propostas mais arrojadas tem sido engavetada ou adiada. Entre elas, o estabelecimento de taxa sobre as emissões de carbono e a ideia de interromper a construção de novas estradas.

No início de julho, o Senado francês aprovou o esboço do projeto de lei que consolida a linha mestra do Grenelle. Vários senadores dos partidos de esquerda e do Partido Verde preferiram abster-se do que classificaram de “palhaçada”. O texto aprovado ainda terá de passar por uma comissão que lhe dará a redação final, antes de voltar à votação.

Os críticos também questionam as intenções do governo, lembrando que Sarkozy retomou a construção de usinas nucleares. Entre esses opositores está Daniel Cohn-Bendit, líder da revolta estudantil de Maio de 1968 e hoje militante verde. Para ele, “com o passar do tempo, a maior parte das medidas anunciadas no Grenelle foi esvaziada”. Como diria minha avó, *qui vivra verra* (quem viver verá).



Nosso consumo consome o mundo.

As escolhas que você faz afetam nosso planeta. O Idec é uma associação de consumidores independente que trabalha por um consumo ético e responsável. O Idec orienta, mobiliza pessoas, monitora as leis e testa a qualidade e segurança de produtos. Com o Idec, a voz do consumidor tem muito mais força e impacto.



Reduza, conserte, compartilhe. Associe-se ao Idec e seja responsável por um mundo melhor. www.idec.org.br



Passarela em frente à Estação da Luz

Olhares privados em lugares públicos

FOTOS Felipe Gombossy

O que se vê da janela do busão? Uma experiência exótica para quem sobe os quatro vidros e, sozinho, se agarra ao volante do carro, transformando-se no Pateta do desenho animado, a jornada de milhões de paulistanos revela ângulos particulares da cidade. O transporte público eficiente tiraria do cenário da megalópole carros particulares, o que pode ser equivalente a diminuir estresse, poluição e uma visão estreita da vida urbana. Por isso, é a plataforma central das campanhas políticas, que jogam com a necessidade e a dificuldade das pessoas em atravessar uma cidade desse tamanho. O fotógrafo Felipe Gombossy sacou uma câmera portátil em seu passeio-rotina pelos coletivos de São Paulo e, pela janela, fez os registros que compõem este ensaio, chamado por ele *Do Busão*.

“Meu, ‘andar de ônibus’ é opcional e mais rápido para mim. Você conhece bons cantos da cidade, o ônibus para e você consegue observar as coisas do lado de fora. Busão é a linguagem de quem pega ônibus. Pode-se fazer uma espécie de turismo e há uma tranquilidade diferente na viagem”. Gombossy aderiu ao ônibus há um ano, quando começou os registros tirados de dentro do coletivo. “Existe uma cultura do paulistano de que o ‘esperto’ da história é quem tem carro, pensei em fazer minha parte e andar de ônibus.” [P22](#)



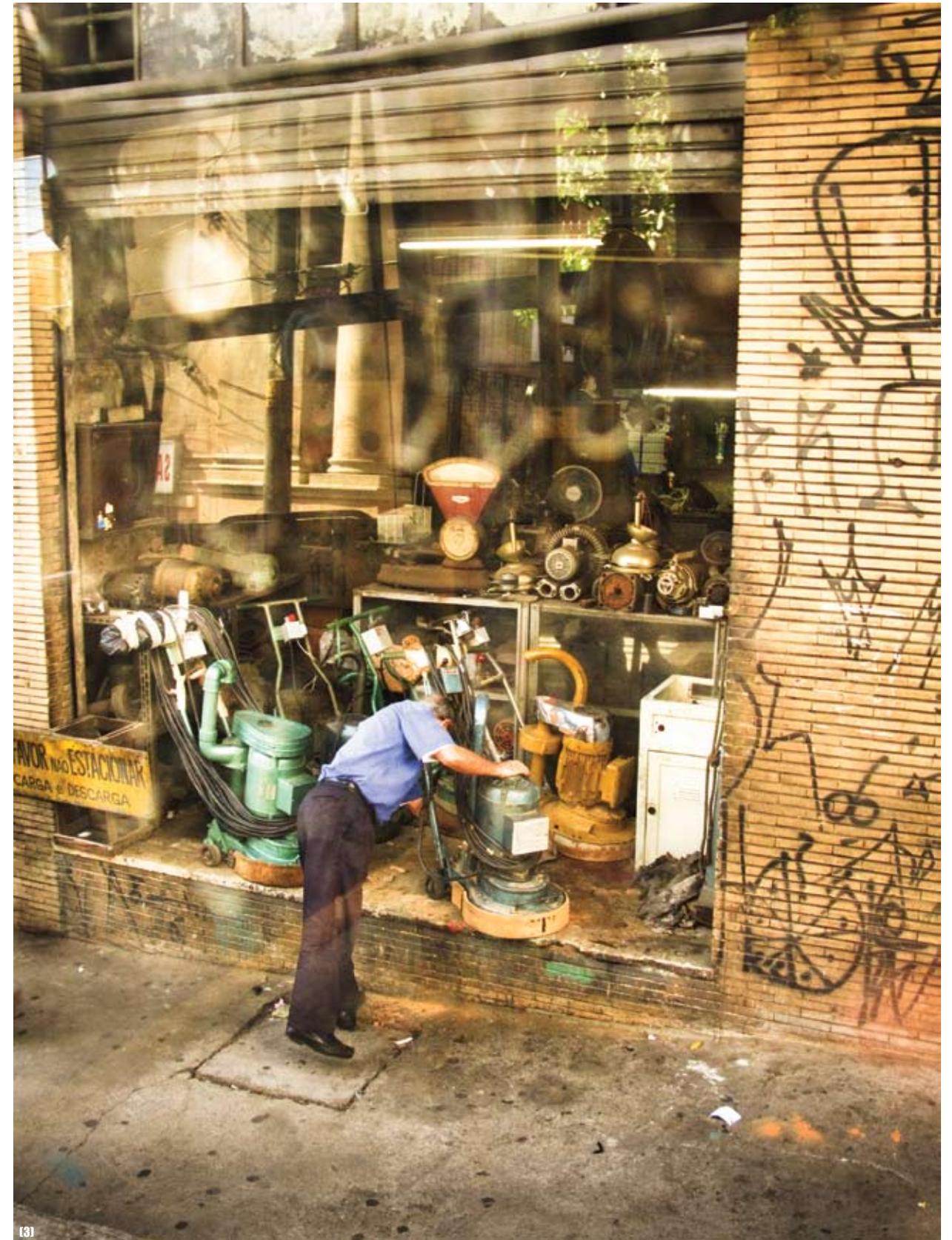
- [1] Estação Pinacoteca e Torre da Estação Júlio Prestes, onde funciona a Sala São Paulo
- [2] Torre da Estação da Luz
- [3] Edifício Prestes Maia, que já foi invadido por sem-teto, e hoje está interditado pelo poder público
- [4] Prédio na Avenida 9 de Julho, também invadido por sem-teto e evacuado recentemente pela prefeitura



[1] Estação de ônibus
[2] [3] De dentro do coletivo
que faz a linha Imirim-Lapa



- [1] Avenida 9 de Julho
- [2] Ponto de ônibus em frente ao Parque da Luz
- [3] Loja conserta-tudo no Bom Retiro, na Rua dos Italianos



A briga das patentes

Ricos querem maior proteção à propriedade intelectual, enquanto nações em desenvolvimento veem o regime como barreira à redução nas emissões de carbono



O regime internacional de direitos de propriedade intelectual é uma barreira à transferência de tecnologias ambientais para os países em desenvolvimento? Esta é uma questão fundamental para a implementação do mecanismo de transferência de tecnologia, um dos eixos centrais do Plano de Ação de Bali, que lançou as negociações para o regime climático pós 2012. E opõe mais uma vez países ricos – detentores da maior parte das patentes de tecnologias para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa – a nações em desenvolvimento, que reclamam dos elevados custos dessas tecnologias.

Insatisfeitos com a posição dos Estados Unidos, da União Europeia, do Canadá, do Japão e da Austrália, que defendem com unhas e dentes os direitos de propriedade intelectual, o Brasil, a China e demais países do G-77 esquentam o debate com opções ousadas para o futuro mecanismo de tecnologia da Convenção do Clima.

“Vários países do G-77 têm dito que a tecnologia é uma parte fundamental do pacote para Copenhague. Se não houver avanços nessa questão, os outros temas centrais poderão ser comprometidos”, alerta Haroldo Machado Filho, assessor especial de mudanças climáticas do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A proposta do G-77, enquanto bloco, não menciona a revogação de patentes, como defende a Bolívia e outros países do grupo. Mas é incisiva na cobrança de compromissos dos países ricos com a facilitação e o barateamento do acesso a tecnologias ambientais para eficiência energética, geração elétrica com fontes renováveis, captura de metano em aterros sanitários e desenvolvimento de plantas agrícolas resistentes a secas, entre outras.

Grupo de 130 nações em desenvolvimento que defende posições conjuntas nas reuniões da ONU

Uma das medidas incluídas na proposição do grupo é o licenciamento compulsório, popularmente conhecido como quebra de patente, de tecnologias ambientais relacionadas ao tema climático, que é uma das flexibilidades do Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (Trips, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). [1]

TOQUE NOTA

1 Negociado na Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), que durou de 1986 a 1994, o Trips vigora desde 1995, quando foi fundada a OMC, e introduziu de maneira inédita regras de propriedade intelectual em um sistema multilateral de comércio (www.wto.org/english/tratop_e/trips_e.htm)

No entanto, o artigo 31 do Trips, que prevê o licenciamento compulsório, restringe o uso do instrumento ao mercado doméstico. Uma empresa pode receber a licença compulsória do governo para fabricar um produto patenteado, caso não obtenha autorização do detentor da patente. Essa licença deve ser limitada em tempo e o detentor da patente precisa ser remunerado adequadamente, conforme determina o Trips. Não há necessidade de negociação prévia com o dono da patente em situações de emergência nacional e extrema urgência.

Segundo uma fonte da OMC, que pediu para não ser identificada,

provavelmente a entidade precisaria aprovar declaração específica sobre mudanças climáticas para liberar a exportação de tecnologias ambientais sob licença compulsória a países em desenvolvimento. Seria um documento inspirado na Declaração de Doha sobre Trips e Saúde Pública, de 2001, que facilitou o acesso de países pobres a medicamentos genéricos e patenteados.

Inspiração nos fármacos

Os negociadores do G-77 para o tema da tecnologia sempre se inspiram na indústria farmacêutica para justificar medidas similares na área climática. Em maio de 2008, o governo brasileiro emitiu a licença compulsória do princípio ativo do Efavirenz, antirretroviral usado no tratamento da Aids, após dois anos de negociação com o detentor de sua patente, o laboratório Merck, para baixar substancialmente o preço do medicamento. A proposta da Merck ficou muito aquém do pleito do Brasil, que importou da Índia a versão genérica

do medicamento e começou a fabricá-lo em fevereiro passado no laboratório Farmanguinhos, da Fiocruz, no Rio de Janeiro, ainda sob licença compulsória.

Embora a licença compulsória esteja prevista no Trips, seu uso não é visto com bons olhos pelas nações ricas nem pelas multinacionais farmacêuticas. No lugar de flexibilizar o regime de patentes, os países desenvolvidos querem fortalecer os direitos de propriedade intelectual e evitar que a OMC aprove novas flexibilidades no Trips, agora advindas de demandas das negociações climáticas. Argumentam que as patentes estimulam a inovação tecnológica ao tornar pública a invenção e

remunerar o detentor da tecnologia pelo investimento efetuado em pesquisa e desenvolvimento.

Entretanto, a patente não pode também inibir a própria inovação? “A propriedade intelectual é potencialmente um incentivo e um obstáculo à transferência de tecnologia”, comenta o artigo “Climate change, technology transfer and intellectual property rights”, publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável da Suíça. “Um nível excessivo de proteção dos direitos de propriedade intelectual pode sufocar a inovação ou tornar mais difícil ou custoso o acesso à tecnologia”, alerta o documento, que faz parte de uma série de oito artigos discutidos no seminário Comércio e Mudanças Climáticas, realizado em junho de 2008 em Copenhague, com apoio do governo da Dinamarca (www.iisd.org/publications/pub.aspx?pno=1000).





Caso clássico de barreira à transferência de tecnologia associada a questões ambientais foi a tentativa da Índia de produzir o gás refrigerante HFC-134a para substituir o CFC, uma das substâncias químicas responsáveis pelo buraco na camada de ozônio. Segundo relato de Simon Walker, em um estudo sobre o Trips [2] para a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), um fabricante indiano de CFC revelou que o dono de uma das patentes do HFC-134a estipulou entre US\$ 20 milhões e US\$ 25 milhões o valor da licença para que sua empresa utilizasse a tecnologia.

A cifra superava em quase três vezes os US\$ 8 milhões que a indústria indiana calculou em 1996 como valor máximo para a licença para que o fabricante do gás obtivesse margem de lucro razoável.

TOME NOTA

2 "The Trips Agreement, Sustainable Development and the Public Interest" (<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/EPLP-041.pdf>)

Artilharia pesada dos ricos

No lado dos desenvolvidos, os argumentos pró-patentes serão sustentados na COP 15 por estudos como o "Are IPR a barrier to the transfer of climate change technology?", produzido para a Direção de Comércio da Comissão Europeia, que o publicou em janeiro passado [3]. O estudo pondera que não é correto usar o caso dos fármacos para defender a quebra de patentes nas tecnologias ambientais. Argumenta que, diferentemente da área de medicamentos, o mercado de tecnologias ambientais é menos concentrado, o que favorece a concorrência e evita abusos nos preços. Além disso, não necessariamente as tecnologias patenteadas

são mais caras e há muitas tecnologias ambientais sem patentes à disposição dos países em desenvolvimento. O alto custo de algumas tecnologias de redução nas emissões de carbono é atribuído mais ao fato de ainda serem pouco difundidas que por serem protegidas por patentes.

TOME NOTA

3 Elaborado pelas consultorias dinamarquesas Copenhagen Economics e The IPR Company, o estudo pode ser consultado em http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2009/february/tradoc_142371.pdf

Contudo, o próprio estudo reconhece que um corte mais ambicioso nas emissões dos países emergentes e mais pobres poderá demandar o uso de tecnologias pouco difundidas, mais caras, particularmente turbinas eólicas oceânicas, energia solar

fotovoltaica e biocombustíveis de segunda e terceira gerações. E traz uma boa notícia para países com grande porção de seus territórios coberta por florestas ao mostrar que não é significativo o grau de proteção por patentes de tecnologias de florestamento e que diminuem o desmatamento. Isso tende a reduzir bastante os gastos desses países com a mitigação de gás carbônico, que têm na floresta um de seus principais sorvedouros.

O estudo também sustenta que os direitos de propriedade intelectual não são empecilho à transferência de tecnologias com baixa emissão de carbono para a vasta maioria dessas nações. Tal conclusão baseia-se na análise de uma amostra de 21.842 patentes registradas em países em

desenvolvimento. Apenas 0,1% das patentes da amostra foram registradas em países de baixa renda.

O embaixador Rubens Ricupero, que foi secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) de 1995 a 2004, considera frágil a conclusão do estudo. "Os países mais pobres têm pouca importância para o clima global. Cerca de 80% das emissões concentram-se em 14 países emergentes e ricos, incluindo a União Europeia. É nesse grupo que as tecnologias de mitigação são mais relevantes", assinala Ricupero, hoje diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado, a Faap (*mais sobre os maiores*

emissores em estudo citado à pág. 48).

Um acordo global de corte nas emissões para o período pós 2012 dependerá do apoio financeiro e tecnológico das nações desenvolvidas à descarbonização das economias emergentes, sobretudo China e Índia, sublinha Ricupero. "É o preço que os países ricos terão de pagar para conseguir a adesão dos emergentes." Ele ilustra seu argumento com uma previsão sombria. Nos próximos 20 anos, esses dois países responderão por três quartos do aumento no consumo mundial de carvão, o mais sujo dos combustíveis fósseis. [2]

José Alberto Gonçalves é jornalista

ENTREVISTA UMA LUTA DE DESIGUAIS



escritório em Nova York a seguinte entrevista.

Há desequilíbrio entre os países na discussão sobre transferência de tecnologia nas negociações climáticas? Parece que é uma questão técnica, mas não é. É uma questão política. Quem tem tecnologia tem

poder. Quando escrevi o capítulo 34 da Agenda 21, este chegou ao Rio de Janeiro inteiramente entre colchetes, porque tratava da transferência de tecnologia. Se você der tecnologias de graça, a esmagadora maioria dos países não conseguirá usá-las (*por falta de capacidade técnica*). Entre eles, os países-ilhas, os países com secas, enfim, os mais vulneráveis. É uma tragédia, uma luta de desiguais.

Mesmo os emergentes? Países como China, Índia, Brasil e África do Sul têm mais capacidade. Mas o grosso dos países em desenvolvimento não é emergente. Uma representação de Bungadunga (*país imaginário*) possui um ou dois diplomatas que precisam cobrir discussões da ONU em Genebra, Nova York e Roma. Canadá, Japão, Austrália e demais países da OCDE têm hordas de pessoas para apoiar seus negociadores na discussão do tema. Uma delegação dos Estados Unidos possui umas cem pessoas para discutir o assunto.

O senhor defende soluções de mútuo benefício como a melhor alternativa de desenvolvimento tecnológico para o bloco dos países em

desenvolvimento. Como isso se daria? Em vez, por exemplo, de forçar uma empresa que tenha equipamentos de maior eficiência energética a ceder essa tecnologia de graça, por que não incentivá-la a investir no Brasil com essa tecnologia? E criar capacidade local não só de operar, mas também de entender os fundamentos do que é transferido, ter capacidade de melhorar o que vai ser transferido e vender de volta a quem lhe vendeu inicialmente. Não podemos ter uma posição dogmática. Tem de olhar os dois lados para "inventar" soluções de mútuo benefício. Não adianta uma solução que seja de benefício unilateral porque não é sustentável, não vai colar.

Qual seria o melhor modelo na Convenção do Clima para financiar a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento? É muito mais prático ter um mercado do que um fundo (para financiar a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento), porque aí você permite que as forças de oferta e demanda se manifestem. Os beneficiários serão os que tiverem a capacidade de se apresentar ao mercado com boas ideias e perspectivas econômicas. A luta de mais longo prazo seria a de capacitar os países a se beneficiar das tecnologias. Os grandes países exportadores de

tecnologia são também grandes importadores de tecnologia. As pessoas às vezes não se dão conta de que o Japão importa muita tecnologia e no início de sua reconstrução no pós-guerra era provavelmente o maior importador de tecnologia do mundo. A grande medida da absorção de tecnologia por um país importador é a capacidade de melhorá-la e vendê-la de volta, melhorada, para quem a vendeu originalmente. As pessoas pensam na transferência de tecnologia como um supermercado. Isso não é um supermercado. Você precisa ter capacidade de escolher e melhorar. Para ter essa capacidade, precisa ser um praticante, com experiência de ter feito desenvolvimento tecnológico.

É possível prover tecnologias patenteadas a custos reduzidos sem usar o licenciamento compulsório? Não sou contra o licenciamento compulsório, mas ele é o último recurso. O que é o sistema de propriedade intelectual? É basicamente a concessão de um monopólio por um período limitado para estimular o investimento privado em conhecimento, mas a maior beneficiária é a sociedade. Se a sociedade não estiver se beneficiando, aí cabe o licenciamento compulsório. Mas, antes de chegar lá, é muito mais construtivo montar situações de interesse mútuo.

Os responsáveis pelo clima

Ao se considerar critérios como industrialização, capacitação e sustentabilidade, chega-se a **uma lista de países quase igual à dos participantes do G-20**

É incrível que alguém ainda acredite que a mitigação do aquecimento global deva ser assumida apenas pelas nações mais ricas, pois delas seriam as responsabilidades históricas. Mesmo que tal postura pudesse ter inequívoco fundamento ético, o que está muito longe de acontecer, ela acabou se tornando incongruente até de um ponto de vista estritamente lógico. A participação desse grupo de países nas emissões globais despencou de quase 85%, em 1990, para 44%, em 2004. Hoje ela pode estar em torno de 40%, e talvez se aproxime de apenas um terço quando começar a vigorar um novo regime do clima, a partir de 2012.

Quando surgiu o Protocolo de Kyoto, adotar apenas esse critério de responsabilidade histórica era um caminho prático para mitigar o aquecimento, mesmo que fosse discutível em termos éticos. Agora, ao menos dois outros critérios não podem mais ser evitados, para que se identifique a lista das nações que precisam agir: capacitação e sustentabilidade.

É óbvio que quem possui mais capacidade de resposta, principalmente em termos de inovação tecnológica, tem obrigação moral de fazer muito mais, inclusive ajudando os

que não a possuem. Também é evidente que o crescente peso relativo das emissões cria o dever de planejar, no mínimo, sua estabilização.

Pelo critério da capacitação chega-se a uma lista parecida com a das discutíveis responsabilidades históricas, embora em ordem bem diferente. Suécia, Finlândia e Suíça, por exemplo, ocupam os três primeiros lugares na classificação, embora com irrisórios pesos relativos nas emissões. Em 2004 eram, respectivamente, de 0,08%, 0,07% e 0,11%. E há duas exceções, pois Israel e Taiwan, que também têm ínfimas contribuições para o aquecimento global, estão em 4º e 15º lugares em termos de capacitação.

Todavia o panorama se altera profundamente quando se usa o critério da sustentabilidade, pois adquirem grave importância as emissões das nações da semiperiferia, mais conhecidas por emergentes, cuja ascensão econômica já permite que sejam agrupadas sob o rótulo de “Segundo Mundo”. Além dos casos mais óbvios – China, Indonésia, Brasil e Índia –, também entram na lista o México, a África do Sul, o Irã e a Arábia Saudita, por exemplo.

Então, para que sejam levados em conta simultaneamente os três critérios – industrialização, capacitação e sustentabilidade –, pode-se montar um índice composto, ou sintético, de responsabilidade pelo aquecimento global. Foi o que fez o jovem pesquisador na Unicamp Petterson Vale

(pettersonvale.blogspot.com). Em trabalho apresentado em março, na conferência científica de Copenhague, ele usou as melhores bases de dados disponíveis para tirar médias. O principal resultado foi uma lista de países que corresponde quase que exatamente à dos participantes do G-20.

Em 2004 já saíam desse grupo 82% das emissões globais. Em 2012 essa participação certamente estará próxima de 90%.

Isso mostra a relevância que terá a cúpula de Pittsburgh, nos EUA, em setembro, para que os países realmente responsáveis pelo problema cheguem a um acordo que possa garantir o sucesso da conferência de dezembro em Copenhague. Se o G-20 tiver uma proposta, ela certamente será acatada pelas mais de 190 nações que terão direito a voto, mas que, em imensa maioria, serão grandes vítimas das mais previsíveis consequências do aquecimento, sem que para ele contribuam.

No momento não é essa a perspectiva mais realista, principalmente porque estão sem poder de liderança os três principais atores: Estados Unidos, União Europeia e China. Entretanto, esse cenário pode ser positivamente alterado se os dois primeiros forem capazes de se comprometer em oferecer ao terceiro amplo e fácil acesso às tecnologias de que ele mais necessita (leia-se energia nuclear). Caso isso ocorra, a maior dificuldade passará a ser a conquista dos apoios da Índia e do Brasil, os dois grandes atores de segundo escalão que até agora tentam fugir de suas responsabilidades. Poderão vir a ser apontados como os dois principais vilões que inviabilizaram um bom acordo sobre a mitigação do aquecimento global.

O pior é que há sérios sinais de que alguns setores do governo Lula não estejam preocupados com essa possibilidade. Alguns porque não acreditam na seriedade do problema para o futuro da humanidade, e outros porque também têm fortes vínculos com os setores empresariais ligados às energias fósseis, hostis à transição para uma economia de baixo carbono. Por isso torcem discretamente para que não surja uma boa proposta do G-20 para a conferência de dezembro em Copenhague, o que certamente significará seu fracasso. 

Nosso etanol é sustentável?

Somente sistemas de **certificação e verificação** poderão dar a resposta

Para abordar a questão levantada no título, precisamos examinar três perguntas. O que é ser sustentável? A que distância está o etanol dessa condição? O que faremos para chegar lá? Nenhum produto ou empresa pode sustentar-se isoladamente. É preciso que sua cadeia de valor se sustente. Por sua vez, a cadeia de valor depende da sociedade. E a sociedade, de quem depende? Dos sistemas naturais. Já que tudo está interligado, ser sustentável no caso do etanol é contribuir com a sociedade, ajudando-a a respeitar as regras do jogo do planeta. Se o uso do combustível de cana nos ajudar, que se fortaleça cada vez mais.

Além de viável economicamente, nosso etanol é menos poluente, pode ser produzido com razoável preservação da biodiversidade e até, em alguma medida, provir da agricultura familiar – temos exemplos no Brasil. E a questão da segurança alimentar? Vejamos alguns números: os canaviais ocupam o equivalente a 1% da área das propriedades rurais, 2,3% das áreas de pastagem, 5% da área cultivada nacional e 0,5% da superfície total do País. Considerando a subutilização das áreas agrícolas, há ainda bastante espaço para crescer sem afetar a disponibilidade de alimento. E o desmatamento? Pelos mesmos números, vemos que o etanol pode aumentar muito apenas em áreas agrícolas subutilizadas, sem avançar sobre a mata.

E como saberemos a que distância da sustentabilidade está nossa produção de etanol? Para responder a esta segunda pergunta, precisamos de sistemas de certificação que identifiquem o que ocorre nos sistemas produtivos. Apesar da superioridade do álcool de cana-de-açúcar em

relação ao de outras culturas, a postura dos produtores não é homogênea. Há fazendas ecologicamente tão ajustadas que chegam a atrair e abrigar animais ameaçados. Mas não são muitas. Algumas usinas preparam os funcionários para a crescente mecanização. Outras, porém, nem os registram. Há ainda as denúncias de trabalho análogo ao de escravo que continuam a surgir em diversos setores do agronegócio e incluem o de etanol. Alguns produtores mantêm áreas de reserva e preservação, respeitando a lei. Outros a combatem. A redução ou mesmo a eliminação do uso de agrotóxicos ocorre, mas não é regra. Em resumo, para o consumidor saber o que está comprando só há uma solução: conhecer a origem do produto. A melhor forma de fazê-lo? Exigindo certificado.

Vários institutos de pesquisa, empresas privadas, mesas-redondas e governos vêm se envolvendo na qualificação da produção de etanol. Os critérios da mesa-redonda organizada pela Escola Politécnica Federal de Lausanne, por exemplo, abrangem os biocombustíveis de forma genérica e, com isso, contemplam o etanol. Os critérios Better Sugar Cane Initiative (BSI), com uma boa diversidade de participantes, tratam da cana-de-açúcar. A organização não governamental Rainforest Alliance estabeleceu critérios para o tema, definidos com muito cuidado. O Inmetro também tem desenvolvido um sistema com a participação de especialistas renomados. Quanto ao benefício climático do etanol brasileiro, o professor Isaías Macedo, do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe), da Unicamp, mostrou que é inigualável. Além disso, algumas iniciativas empresariais trazem transparência a esse mercado. Entre os muitos critérios já existentes ou por nascer, ainda não se sabe qual será adotado de forma ampla. Mas algum deles nos ajudará a conhecer a distância que separa a produção de etanol da sustentabilidade, caso a caso.

Como estamos falando em soluções, vamos à terceira pergunta: qual a estratégia para chegar à sustentabilidade? Vejamos três pontos importantes:

1 Para que os sistemas de certificação sejam de fato aplicados, o fator

fundamental é a demanda. É preciso que os compradores exerçam a responsabilidade de procurar etanol de acordo com certas características, sob os pontos de vista de qualidade do produto e da produção. Quanto mais diversas as partes envolvidas na definição dos critérios para atestar a qualidade, tanto melhor.

2 Para oferecer seus benefícios às prementes questões de energia e clima, o etanol precisa ser usado de forma ampla. Ou seja, tornar-se uma **commodity global**.

Além disso, um mercado internacional grande e sustentado beneficiaria o Brasil, que exportaria mais etanol e tecnologia. Se ajudasse, portanto, países da África e da América Latina a produzir o álcool com critérios de sustentabilidade, o Brasil estrategicamente ajudaria a si mesmo. Ao mesmo tempo, alguns dos povos mais sofridos do mundo teriam grande oportunidade de melhorar suas condições econômicas e de vida. O clima do planeta agradeceria.

3 Os europeus questionam a sustentabilidade do nosso etanol, aparentemente tentando defender o produtor local, cujos custos são muito altos. Os suecos, porém, sugerem uma estratégia tributária interessante para resolver o impasse: manter os impostos de importação quando o etanol brasileiro servir à mistura obrigatória na gasolina, mas eliminá-los quando abastecer carros flex. Dessa forma, o produtor europeu teria proteção em uma grande fatia do mercado e o produtor brasileiro, por sua vez, teria isenção tarifária para atender o mercado em outra fatia que tende a crescer muito: o de automóveis bicombustíveis na Europa. Essa divisão tornaria o debate técnico, pois as questões de proteção de mercado seriam tratadas no âmbito tributário.

Responder às três perguntas do primeiro parágrafo é fundamental. As respostas serão sempre complexas, multifacetadas e multidisciplinares. O Brasil pode destacar-se ainda mais como potência na produção, uso e exportação de etanol, mas precisa encarar a sustentabilidade de frente, com coragem. 

Com formação de preços baseada em mercado internacional e produção em vários países





Não sou conduzido, conduzo

Quando se deparou com a notícia das obras de ampliação da Marginal Tietê, na capital paulista, Tiago Nepomuceno decidiu usar o seu hobby de design gráfico para criar um novo brasão para a cidade (acima, à esq.). "Pensei em criar um novo lema, mas, quando descobri o significado do lema atual, vi que era profético para o carro."

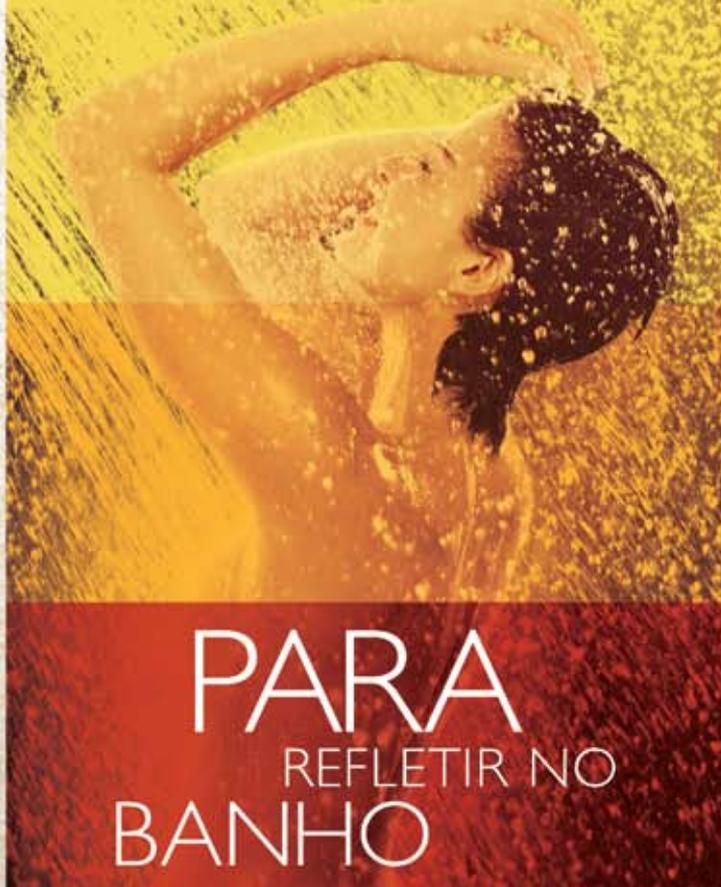
Tiago tem carro, mas evita. "O trânsito me transforma. Viro um monstro." Há quatro anos, ele prefere a magrela e o transporte público. Seu brasão se espalhou por diversos blogs e sites brasileiros ligados

ao cicloativismo, e há quem proponha transformá-lo em adesivo e estampá-lo nos ônibus, cobrindo o símbolo oficial (à dir.).

A construção de três faixas nos dois sentidos da Marginal custará R\$ 1,3 bilhão e 559 árvores dos canteiros, que serão sobrepostos pelo asfalto. Assim como Tiago, especialistas em trânsito acreditam que a obra não resolverá o problema dos engarrafamentos, além de aumentar a impermeabilidade da região e as ilhas de calor. Como compensação, o governo do Estado plantará 4.900 mudas nos arredores, entre outras medidas. [leia mais](#)

SANEAMENTO FAZ TÃO BEM
AO MEIO AMBIENTE QUE DEVERIA
FAZER PARTE DA NATUREZA.

O saneamento básico não se chama básico por acaso. Ele é fundamental para evitar a poluição, proteger o meio ambiente e a saúde das pessoas. A CAIXA é a maior promotora de saneamento básico do país e, até 2010, vai investir mais de 40 bilhões em projetos de saneamento, energia limpa e habitação sustentável que vão fazer bem à natureza e a você.



PARA REFLETIR NO BANHO

O ser humano só poderá ter uma relação harmoniosa consigo mesmo se tiver uma relação harmoniosa com o todo. Essa é a visão que inspira o trabalho da Natura.

Os Óleos Trifásicos da linha Natura Ekos utilizam ativos da biodiversidade brasileira extraídos de forma sustentável por comunidades tradicionais.

Valorizar as riquezas da nossa terra e da nossa gente contribui para a preservação de recursos naturais para as gerações futuras e desperta a consciência de que homem e natureza são um só.


natura
bem estar bem